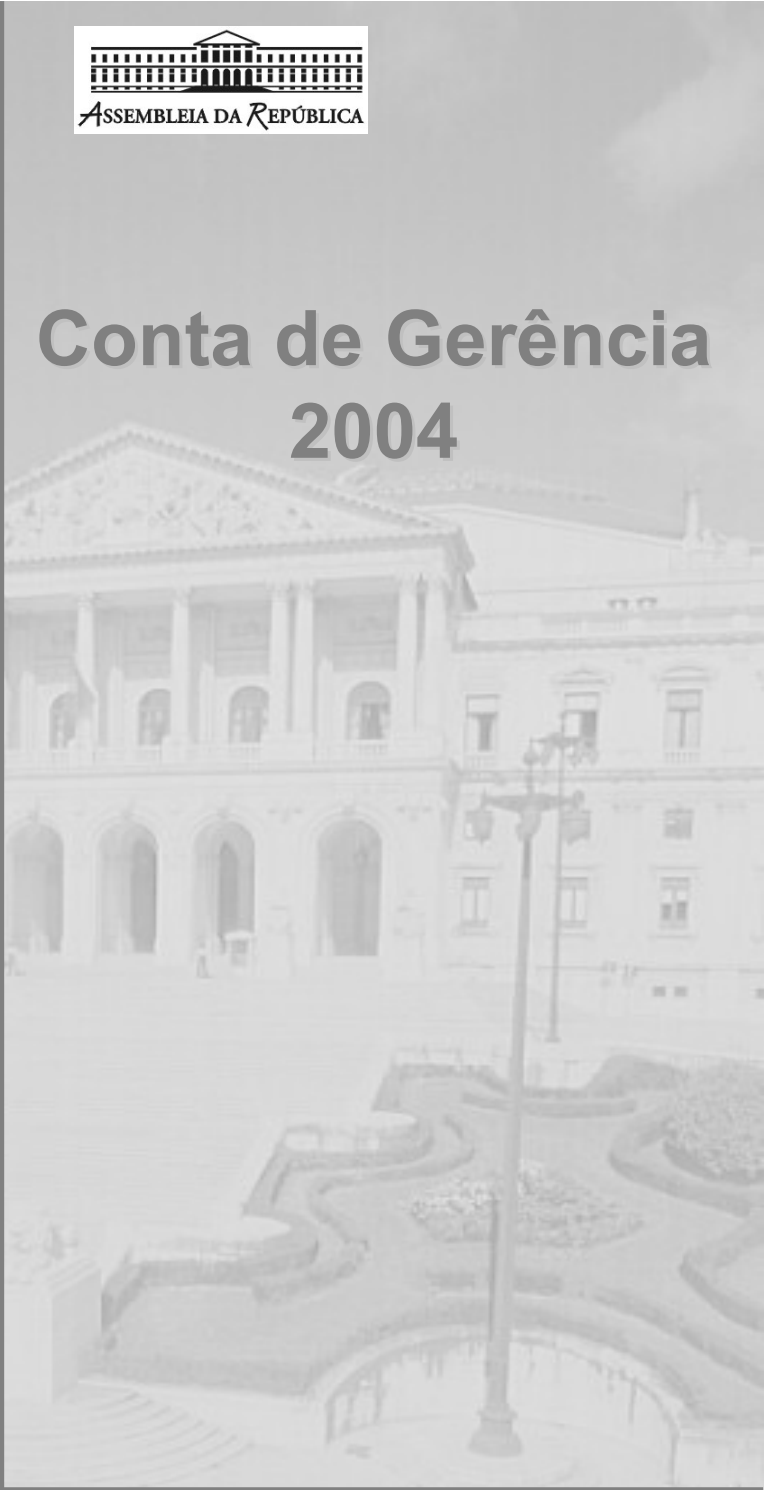




Conta de Gerência 2004



Conta de Gerência 2004

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
RELATÓRIO
Gerência – 2004
([Ir para Índice](#))



RELATÓRIO ANUAL

Gerência de 2004



Presidente da Assembleia da República
João Bosco Soares Mota Amaral



Vice-Presidentes

António Filipe Gaião Rodrigues
Manuel Alegre de Melo Duarte
Maria Leonor Couceiro Pizarro Beleza
Narana Sinai Coissoró

Secretários

António Bento Silva Galamba
António João Rodeia Machado
Duarte Rogério Matos Ventura Pacheco
Henrique Jorge Campos Cunha

Vice-Secretários

Artur Miguel Claro Fonseca Mora Coelho
Fernando Santos Pereira
Manuel Alves de Oliveira
Rosa Maria da Silva Bastos da Horta Albernaz



Conselho de Administração

Joaquim Carlos Vasconcelos da Ponte
Presidente

Fernando Pereira Serrasqueiro
Representante do GP do PS

João Guilherme Nobre Fragoso Rebelo
Representante do GP do CDS-PP

António João Rodeia Machado
Representante do GP do PCP

João Miguel Teixeira Lopes
Representante do GP do BE

Heloísa Augusta Baião Brito Apolónia
Representante do GP do PEV

Isabel Maria Freire dos Santos Côrte-Real
Secretária-Geral da AR

Joaquim Manuel Militão Ruas
Representante dos funcionários parlamentares

Glossário

AACS	Alta Autoridade para a Comunicação Social
AHP	Arquivo Histórico Parlamentar
APCE	Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa
APNATO	Assembleia Parlamentar da NATO
APUEO	Assembleia Parlamentar da UEO
BE	Bloco de Esquerda
CA	Conselho de Administração
CADA	Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos
CE	Comissão Europeia
CFPI	Centro de Formação Parlamentar e Interparlamentar
CIBE	Cadastro de Inventariação de Bens do Estado
CIC / RP	Centro de Informação ao Cidadão e Relações Públicas
CINF	Centro de Informática da AR
CNE	Comissão Nacional de Eleições
CNPD	Comissão Nacional de Protecção de Dados
CRP	Constituição da República Portuguesa
DAC	Divisão de Apoio às Comissões
DAR	Diários da Assembleia da República
DAPAT	Divisão de Aprovisionamento e Património
DAPLEN	Divisão de Apoio ao Plenário
DE	Divisão de Edições
DGF	Divisão de Gestão Financeira
DILP	Divisão de Informação Legislativa e Parlamentar
DR	Diário da República
DRAA	Divisão de Redacção e Apoio Audiovisual
DRHA	Divisão de Recursos Humanos e Administração
DSAF	Direcção de Serviços Administrativos e Financeiros
EU	European Union
GARIP	Gabinete de Relações Internacionais e Protocolo
GP	Grupo Parlamentar
GR%	Grau de Execução (percentagem)



INA	Instituto Nacional de Administração
INE	Instituto Nacional de Estatística
LOFAR	Lei Orgânica da Assembleia da República
NATO	Organização do Tratado do Atlântico Norte
OAR	Orçamento da Assembleia da República
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
OMC	Organização Mundial do Comércio
ONU	Organização das Nações Unidas
OSCE	Organização de Segurança e Cooperação Europeia
PAR	Presidente da Assembleia da República
PCP	Partido Comunista Português
PEV	Partido Ecologista "Os Verdes"
PLC	Aplicação "Processo Legislativo Comum"
PP	Partido Popular
PS	Partido Socialista
PSD	Partido Social Democrata
SIBAR	Sistema de Informação de Base da Assembleia da República
UEO	União da Europa Ocidental
UIP	União Interparlamentar

Índice

Nota do Conselho de Administração	12
1. Enquadramento Orçamental	15
1.1 OAR2004	15
1.2 Execução Orçamental — 2004.....	17
2. Actividades Parlamentares.....	20
2.1 Gabinetes de Apoio dos Grupos Parlamentares	24
2.2 Comissões Parlamentares.....	25
2.3 Deslocações ao Estrangeiro	26
2.4 Recepção de Delegações e Entidades Oficiais	30
2.5 Outros Encargos Parlamentares	32
3. Actividades de Apoio	33
3.1 Gestão das Actividades de Apoio	34
3.2 Gestão de Recursos Humanos.....	35
4. Actividade Editorial	41
5. Cooperação Interparlamentar.....	44
6. Financiamento de Entidades Autónomas	48
7. Investimentos.....	50
8. Execução Financeira.....	56
8.1 Das Despesas	56
8.2 Das Receitas	58
Nota Final.....	61

Índice de Quadros

Quadro 1- ORÇAMENTO DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA PARA 2004	16
Quadro 2 - SÍNTESE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL	17
Quadro 3 – EXECUÇÃO ORÇAMENTAL POR ACTIVIDADES.....	18
Quadro 4 – EVOLUÇÃO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL.....	19
Quadro 5 – EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA “ACTIVIDADE PARLAMENTAR”	22
Quadro 6 – EVOLUÇÃO DOS ENCARGOS ASSUMIDOS COM A “ACTIVIDADE PARLAMENTAR”	24
Quadro 7 – DESLOCAÇÕES (UIP)	27
Quadro 8 – DESLOCAÇÕES (NATO)	27
Quadro 9 – DESLOCAÇÕES (OSCE).....	28
Quadro 10 – EVOLUÇÃO DAS DESPESAS COM DESLOCAÇÕES AO ESTRANGEIRO	29
Quadro 11 – ENCARGOS COM AS “ACTIVIDADES DE APOIO”	33
Quadro 12 – EVOLUÇÃO DOS ENCARGOS ASSUMIDOS COM AS “ACTIVIDADES DE APOIO”	34
Quadro 13 – LANÇAMENTOS EDITORIAIS	43
Quadro 14 – EVOLUÇÃO DO FINANCIAMENTO DAS ENTIDADES AUTÓNOMAS	49
Quadro 15 – EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DO FINANCIAMENTO DAS ENTIDADES AUTÓNOMAS	50
Quadro 16 – EVOLUÇÃO DOS MONTANTES ORÇAMENTADOS PARA INVESTIMENTO	50
Quadro 17 – EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DOS INVESTIMENTOS.....	51
Quadro 18 – PROJECTOS COM ENCARGOS TRANSITADOS PARA 2005	55
Quadro 19 – EXECUÇÃO ORÇAMENTAL E FINANCEIRA (CLASSIF. ECONÓMICA).....	56
Quadro 20 – ENCARGOS TRANSITADOS PARA 2005 POR CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA	57
Quadro 21 – EVOLUÇÃO DAS RECEITAS COBRADAS	58
Quadro 22 – RECEITAS COBRADAS EM 2004.....	59

Índice de Gráficos

Gráfico 1 – EVOLUÇÃO DOS ENCARGOS ASSUMIDOS	19
Gráfico 2 – DISTRIBUIÇÃO DA DESPESA POR GRUPOS ECONÓMICOS EM 2004	20
Gráfico 3 – PESSOAL AFECTO AOS GABINETES DE APOIO AOS GRUPOS PARLAMENTARES	24
Gráfico 4 – EVOLUÇÃO DA ACTIVIDADE CONCURSAL	37
Gráfico 5 – EFECTIVOS POR GRUPOS PROFISSIONAIS	37
Gráfico 6 – EFECTIVOS POR ESCALÕES ETÁRIOS	38
Gráfico 7 – EFECTIVOS POR NÍVEL HABILITACIONAL	38
Gráfico 8 – NÍVEL HABILITACIONAL POR SEXO	39
Gráfico 9 – EFECTIVOS POR GRANDES ÁREAS DE ACTIVIDADE	39
Gráfico 10 – EVOLUÇÃO DA ACTIVIDADE EDITORIAL	43
Gráfico 11 – EVOLUÇÃO DAS VENDAS NA LIVRARIA PARLAMENTAR	60

Nota do Conselho de Administração

Com o presente relatório dá-se conta da execução orçamental e financeira relativa ao exercício de 2004 e, em paralelo, avaliam-se as actividades desenvolvidas no quadro gestivo da Assembleia da República, que concorreram, designadamente, para a prossecução dos seguintes objectivos:

- Melhorar a relação e a comunicação com a sociedade e o cidadão;
- Melhorar o apoio à Mesa e aos Deputados;
- Melhorar o sistema de informação;
- Melhorar os mecanismos de acompanhamento e apoio à cooperação interparlamentar e relações internacionais;
- Motivar e envolver os recursos humanos;
- Melhorar as condições de trabalho e as instalações e conservar o património imobiliário.

A gestão levada a efeito inscreveu-se num quadro orçamental de 86.200 10³ Euros, com uma execução de 90,8%, mas que na óptica estrita do funcionamento da própria Assembleia da República não deve considerar as subvenções estatais para as campanhas eleitorais (Parlamento Europeu e Assembleias Legislativas Regionais), no valor de 2.194 10³ Euros, e o financiamento das Entidades Autónomas que funcionam junto da Assembleia da República, no montante de 10.511 10³ Euros.

Nestes termos, os órgãos da Assembleia da República são directamente responsáveis pela gestão de 73.496 10³ Euros, dos quais foram executados 65.814 10³ Euros, o que traduz uma taxa de realização de 89,5%, sendo que 60.556 10³ Euros correspondem a despesas correntes e 5.258 10³ Euros a despesas de capital.

O investimento realizado pela Assembleia da República, em 2004, absorveu 94% do valor orçamentado, representando 8% na estrutura das despesas assumidas e um crescimento de 18,3% relativamente ao ano de 2003. Prosseguiu-se, assim, com a recuperação iniciada em 2003 após um ciclo de desaceleração verificado a partir de 2000.



Por outro lado, as despesas correntes tiveram um grau de realização de 89%; este valor reflecte o decréscimo da actividade parlamentar resultante do calendário antecipado das eleições legislativas, com particular impacto ao nível das deslocações de representação externa.

Em termos da caracterização do investimento, destaca-se que o respeitante a obras representou 39% do total, logo seguido do efectuado em equipamento e aplicações informáticas, com uma representatividade de 37%.

No domínio do investimento, merece referência a instalação da creche para os filhos dos deputados, e dos funcionários parlamentares e dos grupos parlamentares, passando a constituir um pilar de protecção social fundamental ao apoio de quem trabalha no Parlamento, sujeito a um regime de trabalho específico.

Ainda no sentido de melhorar as condições de trabalho, prosseguiu-se com a estratégia de requalificação de espaços, tendo sido criadas três novas salas de reuniões (Garrett, Sophia e Alexandre Herculano).

Ao nível dos investimentos relacionados com a permanente melhoria dos sistemas de informação, relevam-se não só os realizados com vista a melhorar a qualidade da estrutura de alojamento da informação, através de uma profunda reestruturação do Centro de Processamento de Dados, que, aliada aos dispositivos instalados, através de uma solução Anti-Spam, garantem os mais elevados níveis de segurança da informação, como também os investimentos realizados no sentido de melhorar a qualidade do acesso à informação, através da implementação do projecto de rede sem fios, passando a ser possível a qualquer deputado e funcionário parlamentar aceder aos sistemas de informação da Assembleia da República, incluindo o acesso ao correio electrónico, a partir do exterior.

O ano de 2004 ficou ainda marcado pela implementação de um novo modelo estrutural e de funcionamento dos Serviços, segundo critérios, quer de acrescida funcionalidade e responsabilidade no tocante ao exercício das respectivas competências, quer de racionalidade e eficiência na utilização dos vários recursos, sendo de destacar a criação de duas novas unidades orgânicas: Centro de Informação ao Cidadão e Relações Públicas, reforçando a dimensão de apoio à informação e comunicação com a sociedade e o cidadão, que inclui o efectuado



através do *site* da Internet; e o Centro de Formação Parlamentar e Interparlamentar enquanto estrutura própria para um domínio significativo de apoio ao desenvolvimento dos funcionários da Assembleia da República e também do pessoal dos Parlamentos dos países de língua portuguesa, no quadro dos Programas de Cooperação que têm vindo a ser prosseguidos, capacitando-os para melhores níveis de desempenho face às necessidades colocadas pela actividade parlamentar. De referir que, neste âmbito, realizou-se, em Outubro de 2004, o primeiro Programa de Formação Interparlamentar que convocou 25 participantes de todos os países, com a duração de um mês.

É também de destacar pelas repercussões no desenvolvimento profissional dos funcionários parlamentares, a aprovação já no final de 2004 do Sistema de Avaliação do Desempenho da Assembleia da República (SIADAR).

Ainda no quadro de cooperação com os Parlamentos de Língua Portuguesa destaca-se a Conferência dos Presidentes dos Parlamentos desses países por ocasião da comemoração dos 30 anos do 25 de Abril.

Acresce salientar que a propósito desta comemoração foram realizadas as seguintes exposições: "Murais de Abril", "Livros proibidos" e " Livros sobre o 25 de Abril "; e inaugurada a obra escultórica de Rui Sanches, no Átrio do Novo Edifício da Assembleia da República. Para além destes eventos, outros de natureza cultural foram realizados, destacando-se, desde logo, as exposições integradas na iniciativa Arte Contemporânea na Assembleia da República e ainda as exposições relativas ao "Euro 2004" e os "Dinossauros da Lourinhã".

Refere-se, pelo seu significado, que o ano de 2004 ficou também assinalado pela cerimónia de transladação dos restos mortais de Manuel Arriaga para o Panteão Nacional.

Destaca-se, por fim, que para os resultados alcançados continuou a ser determinante o facto de se contar com o potencial humano da Assembleia da República, expresso por um desempenho profissional e qualificado dos funcionários parlamentares.

1. Enquadramento Orçamental

1.1 OAR2004

Em 30 de Setembro de 2003, o Conselho de Administração emitiu parecer favorável ao projecto de Orçamento da Assembleia da República para 2004, tendo este sido posteriormente aprovado pelo Plenário, na sessão de 20 de Novembro de 2003, nos termos da Resolução n.º 1/2004, publicada no Diário da República n.º 1 - I Série A, de 2 de Janeiro de 2004.

Na versão aprovada do OAR2004, os montantes inscritos para as despesas correntes e de capital ascenderam, respectivamente, a 77.388.064€ e 4.673.332€, traduzindo globalmente um aumento de 2,6% relativamente ao OAR2003.

O OAR2004 foi objecto de uma primeira alteração que ao ser apreciada pelo CA, em 18 de Maio, a submeteu à aprovação do Plenário da Assembleia da República¹, como primeiro Orçamento Suplementar, alterando-se a dotação global de 82.061.396 Euros para 86.200.276,61 Euros, em resultado da necessidade de se proceder a algumas operações contabilísticas, entre os quais se referem:

- A integração do saldo de gerência no montante de 7.096 10³ Euros, valor que ultrapassou o inicialmente inscrito no OAR2004 (3.566 10³ Euros);
- A integração do saldo de gerência da Provedoria de Justiça, no montante de 502.911, 82 Euros;
- A inscrição de 100.000 Euros a título de receitas próprias a cobrar pela CNPD, a serem aplicadas em despesas correntes;
- O reajustamento do montante inscrito em "Guias de Reposição não Abatidas", sendo este acrescido de 5.461,03 Euros;
- A actualização em 2,5% das dotações das rubricas indexadas ao salário mínimo nacional, onde se contabilizam os vencimentos e abonos dos Gabinetes de Apoio dos Grupos Parlamentares, globalmente sujeitos a um *plafond* e, ainda, as subvenções a pagar aos Partidos Políticos e Grupos Parlamentares;

¹ Resolução da Assembleia da República n.º 42/2004 publicada no DR n.º 141 - I Série A, de 17 de Junho

- O reforço das dotações das rubricas onde se registam os vencimentos e demais abonos em função da actualização em 2% das remunerações não superiores a 1.024,09 Euros (índice salarial ≤ 330) e ainda das rubricas onde se contabilizam o subsídio de refeição e as ajudas de custo, em 3,4% e 2%, respectivamente;
- O reajustamento das dotações das rubricas com encargos assumidos em 2003, e que transitaram para 2004, no montante de 1.084 10³ Euros;
- O reajustamento das dotações de algumas rubricas em função, quer da tendência registada, quer com vista a uma melhor classificação das despesas num quadro de uma correcta imputação de encargos, quer, ainda, para fazer face a encargos não previstos aquando da elaboração do OAR2004.

Para além do orçamento suplementar houve ainda necessidade de proceder a cinco alterações orçamentais, que não influenciaram a despesa global, tendo como objectivo reajustar dotações e enquadrar situações entretanto criadas. As respectivas alterações foram aprovadas pelo Conselho de Administração nas seguintes datas: 1 de Junho, 7 de Julho, 29 de Setembro, 18 de Novembro e 5 de Janeiro.

As alterações promovidas reflectiram-se ao nível das diversas actividades, conforme se apresenta no Quadro 1.

Quadro 1- ORÇAMENTO DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA PARA 2004

Unidade: Euro

	OAR2003 corrigido 1	OAR2004 inicial 2	OAR2004 corrigido 3	Var% 4=2/1	Var% 5=3/1
ACTIVIDADES PARLAMENTARES	39.446.930	40.951.006	42.436.062	3,8%	7,6%
ACTIVIDADES DE APOIO	21.902.939	22.061.800	24.160.795	0,7%	10,3%
ACTIVIDADE EDITORIAL	2.776.239	2.065.000	2.664.586	-25,6%	-4,0%
COOPERAÇÃO INTERPARLAMENTAR	842.679	860.000	865.759	2,1%	2,7%
FINANCIAMENTO DE ENTIDADES	9.572.252	9.748.011	10.146.862	1,8%	6,0%
OUTRAS ACTIVIDADES	465.170	1.702.247	6.057	265,9%	-98,7%
DESPESAS CORRENTES (1)	75.006.210	77.388.064	80.280.121	3,2%	7,0%
COOPERAÇÃO INTERPARLAMENTAR	0	0	15.164	0	0
FINANCIAMENTO DE ENTIDADES	274.047	160.177	364.238	-41,6%	32,9%
INVESTIMENTO	4.684.039	4.513.155	5.540.755	-3,6%	18,3%
DESPESAS DE CAPITAL (2)	4.958.086	4.673.332	5.920.156	-5,7%	19,4%
TOTAL DAS DESPESAS (3=1+2)	79.964.296	82.061.396	86.200.277	2,6%	7,8%

O OAR2004 corrigido, relativamente ao do ano anterior, regista um aumento global de 7,8%. Esta variação é fortemente influenciada pelos acréscimos de 18,3% verificado em "Investimento" da própria Assembleia da República, 10,3% nas "Actividades de Apoio" e 7,6% nas "Actividades Parlamentares", onde se inscrevem as verbas relativas às subvenções para as campanhas eleitorais do Parlamento Europeu e das Assembleias Legislativas Regionais, respectivamente 1.828 10³Euros e 365,6 10³Euros.

O Quadro 1 evidencia ainda que são as despesas de capital que registam o maior aumento percentual, atingindo no caso das Entidades Autónomas um acréscimo de 32,9%.

1.2 Execução Orçamental — 2004

Em 2004, os encargos assumidos atingiram 78.282.863 Euros (Quadro 2), traduzindo-se numa execução orçamental de 90,8%, o que equivale a não terem sido utilizados 7.917.414 Euros do valor total orçamentado. O grau de execução das despesas correntes e das despesas de capital são respectivamente de 90,6% e 94,0%.

Quadro 2 - SÍNTESE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

Unidade: Euro

	OAR2004 corrigido	Execução Orçamental	
		Euros	GR%
DESPESAS CORRENTES	80.280.121	72.717.518	90,6%
DESPESAS DE CAPITAL	5.920.156	5.565.345	94,0%
TOTAL DAS DESPESAS	86.200.277	78.282.863	90,8%

Desagregando a execução por actividades (Quadro 3), foi ao nível das despesas correntes que se registou maior volatilidade. Face à respectiva natureza, a maior taxa de execução orçamental pertence à actividade "Financiamento de Entidades" (98,2%), logo seguida pelas "Actividades Parlamentares" (93,0%) e "Actividades de Apoio" (88,0%). Relativamente à "Cooperação Interparlamentar", que apresenta uma taxa de 46,2%, importa salientar que a respectiva execução é em grande parte influenciada pelo escalonamento e ritmo de implementação dos projectos abrangidos pelos protocolos de cooperação, tendo-se mesmo assim verificado um total cumprimento dos objectivos propostos.

Quanto às despesas de capital, a amplitude de variação foi menor, variando entre os 100,0% para as despesas de investimento assumidas no âmbito da “Cooperação Interparlamentar” e os 84,3% no âmbito das “Entidades Autónomas”.

Quadro 3 – EXECUÇÃO ORÇAMENTAL POR ACTIVIDADES

Unidade: Euro

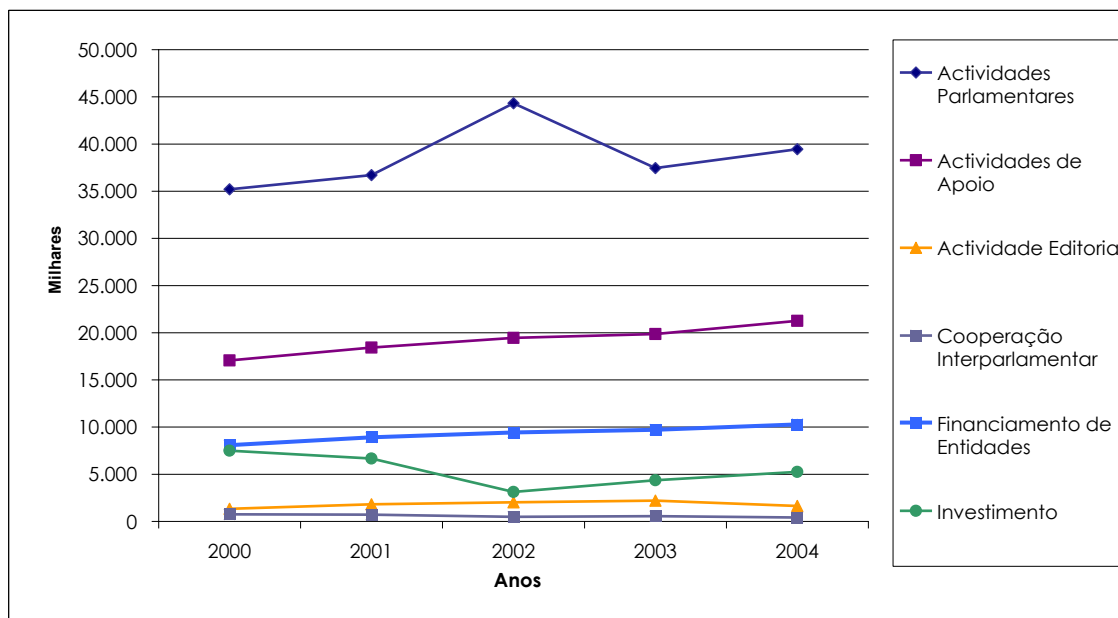
Actividades	OAR2004 corrigido	Encargos assumidos		
		Euros	GR%	Estrutura
ACTIVIDADES PARLAMENTARES	42.436.062	39.450.877	93,0%	50,4%
ACTIVIDADES DE APOIO	24.160.795	21.262.449	88,0%	27,2%
ACTIVIDADE EDITORIAL	2.664.586	1.635.985	61,4%	2,1%
COOPERAÇÃO INTERPARLAMENTAR	865.759	399.986	46,2%	0,5%
FINANCIAMENTO DE ENTIDADES	10.146.862	9.968.220	98,2%	12,7%
OUTRAS ACTIVIDADES (*)	6.057	0	0,0%	0,0%
DESPESAS CORRENTES (1)	80.280.121	72.717.518	90,6%	92,9%
COOPERAÇÃO INTERPARLAMENTAR	15.164	15.164	100,0%	0,0%
FINANCIAMENTO DE ENTIDADES	364.238	306.986	84,3%	0,4%
INVESTIMENTO	5.540.755	5.243.196	94,6%	6,7%
DESPESAS DE CAPITAL (2)	5.920.156	5.565.345	94,0%	7,1%
TOTAL DAS DESPESAS (3=1+2)	86.200.277	78.282.863	90,8%	100,0%

(*) Dotação Provisional não utilizada

A evolução da despesa realizada por actividades no decurso dos últimos cinco anos, consta do Gráfico 1, verificando-se que no ano de 2004 continuou a existir alguma recuperação ao nível do “Investimento”, após um decréscimo entre 2000 e 2002. É, igualmente possível observar algum crescimento dos encargos ao nível do “Financiamento das Entidades”. Ao nível das “Actividades Parlamentares”, as oscilações existentes reflectem o calendário eleitoral e consequentemente a existência ou não de subvenções para as campanhas eleitorais, sendo que em 2004 o montante dessas subvenções foi de 2.193,6 10³ Euros.

Gráfico 1 – EVOLUÇÃO DOS ENCARGOS ASSUMIDOS

Unidade: Euro



No Quadro 4 encontram-se reflectidos os valores dos encargos assumidos para os dois últimos anos. Com excepção do decréscimo da “Actividade Editorial” (-25,5%), em grande parte devida à redução dos encargos com a edição dos Diários da Assembleia da República I Série, que estão disponíveis por via electrónica, e do decréscimo da “Cooperação Interparlamentar” (-23,8%), pelas razões atrás referidas, todas as outras actividades registaram algum incremento relativamente ao ano anterior, destacando-se de entre estas o “Investimento” que cresceu 20,3%.

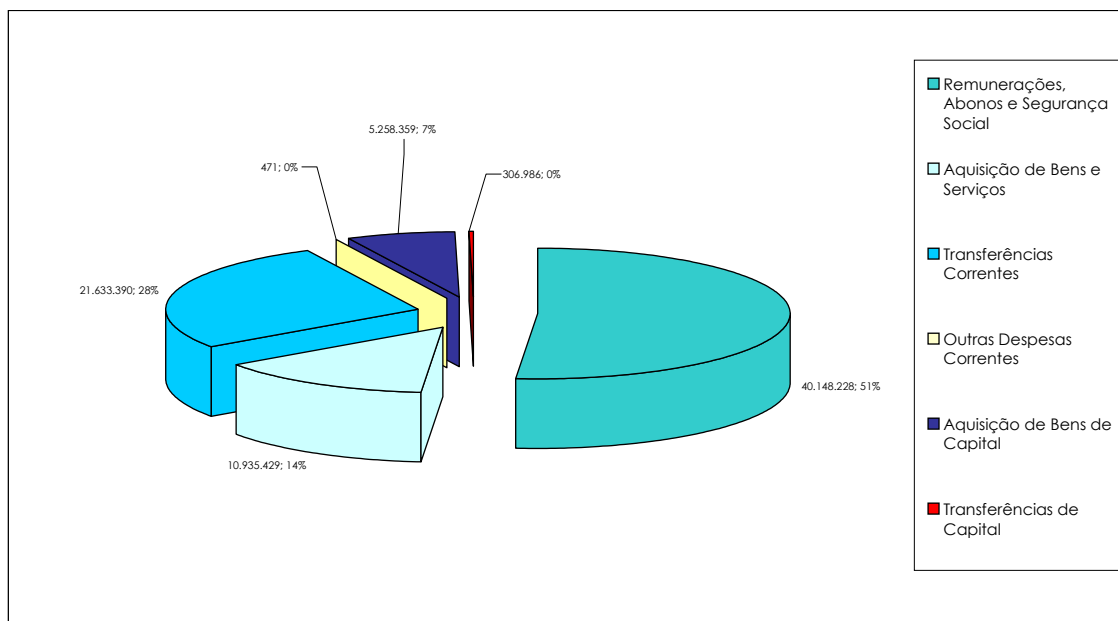
Quadro 4 – EVOLUÇÃO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

Unidade: Euro

Actividades	Enc. Assumidos 2003	Enc. Assumidos 2004	Var%
ACTIVIDADES PARLAMENTARES	37.434.717	39.450.877	5,4%
ACTIVIDADES DE APOIO	19.854.604	21.262.449	7,1%
ACTIVIDADE EDITORIAL	2.196.863	1.635.985	-25,5%
COOPERAÇÃO INTERPARLAMENTAR	544.727	415.150	-23,8%
FINANCIAMENTO DE ENTIDADES	9.710.224	10.275.206	5,8%
INVESTIMENTO	4.358.575	5.243.196	20,3%
TOTAL DAS DESPESAS	74.099.710	78.282.863	5,6%

O Gráfico 2 apresenta a distribuição da despesa assumida, por agrupamento económico. As "Remunerações, abonos e segurança social" representam 51,3% do total da despesa de 2004, seguidas das "Transferências correntes" (27,6%).

Gráfico 2 – DISTRIBUIÇÃO DA DESPESA POR GRUPOS ECONÓMICOS EM 2004



2. Actividades Parlamentares

Do conjunto das actividades desenvolvidas pela Assembleia da República destacam-se as que respeitam directamente ao exercício das suas competências enquanto órgão de soberania, com funções de orientação e fiscalização política, legislativa e electiva de outros órgãos.

Se bem que a actividade política do Parlamento seja objecto de um Relatório específico e autónomo, nos termos do artº 291º do Regimento, referem-se desde já alguns indicadores próprios dessa actividade.

Assim, em 2004, deram entrada na Mesa da Assembleia da República as seguintes iniciativas legislativas: 53 Propostas de Lei, 150 Projectos de Lei, 27 Propostas de Resolução, 103 Projectos de Resolução, 4 Projectos de Deliberação, 17 Apreciações



Parlamentares e foram aprovadas 1 Lei Constitucional, 5 Leis Orgânicas, 57 Leis e 83 Resoluções.

Foram ainda elaborados pelos Deputados 2.467 Requerimentos, dos quais 1.722 dirigidos ao Governo e os restantes 745 à Administração Local. Do Governo foram obtidas 1570 respostas a requerimentos e da Administração Local 496.

Realizaram-se 92 reuniões plenárias e 1 da Comissão Permanente. Também no âmbito da actividade parlamentar foram realizadas 26 Conferências dos representantes dos Grupos Parlamentares.

A actividade parlamentar originou a produção de Diários da Assembleia da República, tendo resultado 95 números da I Série, 87 números da II Série-A, 36 números e 30 suplementos da II Série-B e 37 números da II Série-C. Esta produção desenvolveu-se a partir da gravação de 3.297 cassetes áudio, gravadas ao longo de 892 horas e 30 minutos, durante as reuniões do Plenário da Assembleia da República e nas reuniões das Comissões, e ainda de 10.604 páginas trabalhadas para a I Série e 33.322 páginas para a II Série.

A divulgação das actividades parlamentares através do Canal Parlamento envolveu a produção de 2.568 horas de emissão (em directo e em diferido), correspondentes a reuniões do plenário, das comissões parlamentares e de outros eventos realizados na Assembleia da República.

Em termos globais, e como se infere do Quadro 3, as “Actividades Parlamentares” representam 50,4% dos encargos assumidos e um nível de execução de 93,0%. Regista-se no quadro seguinte a correspondente desagregação da despesa realizada pelas respectivas sub-actividades.

Quadro 5 – EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA “ACTIVIDADE PARLAMENTAR”

Unidade: Euro

Actividade Parlamentar	OAR2004 Corrigido	Encargos assumidos		
		Euros	GR%	Estrutura
Presidente da Assembleia da República	103.800	103.741	99,9%	0,3%
Gabinete de Apoio ao Par	1.034.620	608.417	58,8%	1,5%
Vice-Presidentes, Secretários e Vice-Secretários	970.199	802.497	82,7%	2,0%
Gabinetes de Apoio dos Vices	283.663	227.968	80,4%	0,6%
Conselho de Administração	82.800	63.863	77,1%	0,2%
Grupos Parlamentares	855.569	844.719	98,7%	2,1%
Gabinetes de Apoio dos Grupos Parlamentares	6.063.653	6.018.220	99,3%	15,3%
Comissões Parlamentares	174.800	118209,63	67,6%	0,3%
Deputados	17.616.383	16.736.561	95,0%	42,4%
Parlamento Europeu	1.237.570	1.139.281	92,1%	2,9%
Comemorações do Aniversário do 25 de Abril	114.089	93.761	82,2%	0,2%
Deslocações em Território Nacional	131.774	61.397	46,6%	0,2%
Deslocações ao Estrangeiro	2.268.626	1.348.778	59,5%	3,4%
Recepção de Delegações e Entidades Oficiais	488.483	387.445	79,3%	1,0%
Parlamento das Crianças e dos Jovens	66.950	48.612	72,6%	0,1%
Outros Encargos Parlamentares	10.830.383	10.814.780	99,9%	27,4%
Grupos Parlamentares de Amizade	112.700	32.628	29,0%	0,1%
TOTAL DAS DESPESAS	42.436.062	39.450.877	93,0%	100,0%

O Quadro 5 permite avaliar a estrutura dos encargos assumidos por cada uma das dezassete sub-actividades que integram as “Actividades Parlamentares”, bem como o respectivo grau de execução orçamental, concluindo-se que 85,1% do total dos encargos assumidos correspondem às seguintes componentes:

- “Deputados” – que integra as despesas com as respectivas componentes remuneratórias, nomeadamente: Vencimentos, Vencimentos Extraordinários, Despesas de Representação, Ajudas de Custo, Despesas de Deslocação, Subsídio de Reintegração, Prestações Complementares, Contribuições para a Segurança Social e Seguros (42,4%);
- “Gabinetes de Apoio dos Grupos Parlamentares” – onde se registam as remunerações auferidas pelo pessoal afecto a estes Gabinetes (15,3%); e
- “Outros encargos parlamentares” – onde se contabilizam os encargos com as subvenções aos partidos políticos representados na Assembleia da República,



as subvenções para as campanhas eleitorais e as quotizações respeitantes às organizações internacionais que a Assembleia da República integra (27,4%).

Relativamente à evolução entre 2003 e 2004 dos encargos assumidos (Quadro 6), as "Actividades Parlamentares" em termos globais registaram um acréscimo de 5,4% relativamente aos encargos assumidos em 2003. Há novamente que salientar as sub-actividades com maior peso relativo, nomeadamente "Deputados", "Gabinetes de Apoio dos Grupos Parlamentares" e "Outros encargos parlamentares".

Ainda no âmbito das "Actividades Parlamentares", verificou-se um aumento dos encargos assumidos nas "Deslocações em território nacional" de 71,8% verificando-se, em contrapartida, um decréscimo de 17,3% nas "Deslocações ao estrangeiro".

Salienta-se também um aumento dos encargos relativos à sub-actividade "Comissões Parlamentares" (79,6%) em consequência das despesas realizadas no âmbito da VIII Comissão Eventual de Inquérito à Tragédia de Camarate.

Importa referir que dada a relevância da celebração do 30º aniversário das "Comemorações do 25 de Abril", foram realizados, em 2004, eventos que determinaram o crescimento dos respectivos encargos (cerca de quinze vezes superior ao de 2003). Por último, anota-se que o crescimento de 8,9% na sub-actividade "Gabinete de apoio ao PAR" fica a dever-se a um aperfeiçoamento na classificação e consequente imputação das respectivas despesas.

Quadro 6 – EVOLUÇÃO DOS ENCARGOS ASSUMIDOS COM A “ACTIVIDADE PARLAMENTAR”

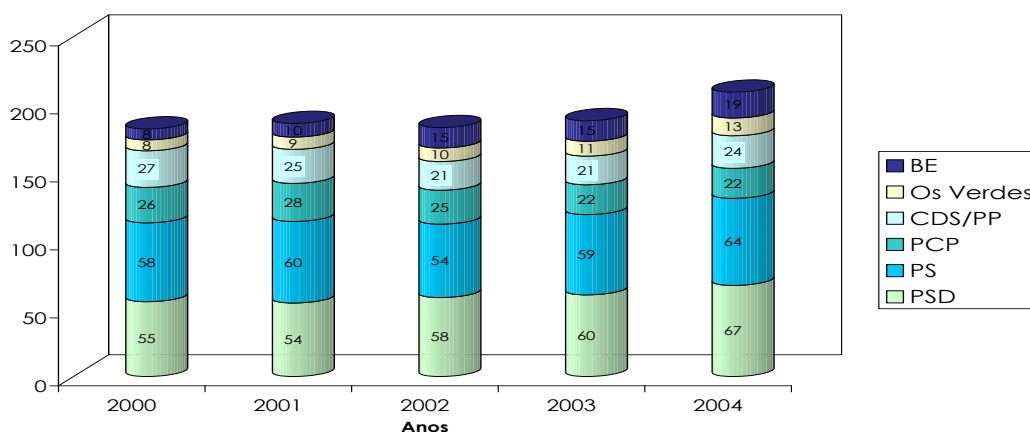
Unidade: Euro

Actividade Parlamentar	Enc. Assumidos 2003	Enc. Assumidos 2004	Var%
Presidente da Assembleia da República	103.238	103.741	0,5%
Gabinete de Apoio ao Par	558.445	608.417	8,9%
Vice-Presidentes, Secretários e Vice-Secretários	866.869	802.497	-7,4%
Gabinetes de Apoio dos Vices	247.614	227.968	-7,9%
Conselho de Administração	79.958	63.863	-20,1%
Grupos Parlamentares	833.017	844.719	1,4%
Gabinetes de Apoio dos Grupos Parlamentares	5.839.767	6.018.220	3,1%
Comissões Parlamentares	65.824	118209,63	79,6%
Deputados	17.152.458	16.736.561	-2,4%
Parlamento Europeu	1.169.243	1.139.281	-2,6%
Comemorações do Aniversário do 25 de Abril	6.145	93.761	1425,7%
Deslocações em Território Nacional	35.727	61.397	71,8%
Deslocações ao Estrangeiro	1.631.600	1.348.778	-17,3%
Recepção de Delegações e Entidades Oficiais	372.863	387.445	3,9%
Parlamento das Crianças e dos Jovens	61.151	48.612	-20,5%
Outros Encargos Parlamentares	8.410.796	10.814.780	28,6%
Grupos Parlamentares de Amizade	0	32.628	0
TOTAL DAS DESPESAS	37.434.717	39.450.877	5,4%

2.1 Gabinetes de Apoio dos Grupos Parlamentares

A evolução do número de funcionários por Grupo Parlamentar, nos últimos cinco anos, é apresentada no Gráfico seguinte.

Gráfico 3 – PESSOAL AFECTO AOS GABINETES DE APOIO AOS GRUPOS PARLAMENTARES





A gestão das verbas atribuídas nos termos do artigo 46.º da LOFAR, para suportar os vencimentos e demais abonos do pessoal que integra os respectivos Gabinetes de Apoio, é da responsabilidade dos próprios Grupos Parlamentares.

2.2 Comissões Parlamentares

No ano de 2004, as Comissões Parlamentares efectuaram 605 reuniões, das quais 115 contaram com a presença de Membros do Governo. Foram igualmente concedidas 188 audiências e promovidas 226 audições parlamentares.

Durante o ano funcionaram as seguintes Comissões Parlamentares:

A - Comissões Permanentes

- 1ª - "Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias";
- 2ª - "Assuntos Europeus e Política Externa";
- 3ª - "Defesa Nacional";
- 4ª - "Poder Local, Ordenamento do Território e Ambiente";
- 5ª - "Economia e Finanças";
- 6ª - "Execução Orçamental";
- 7ª - "Educação, Ciência e Cultura";
- 8ª - "Trabalho e Assuntos Sociais";
- 9ª - "Obras Públicas, Transportes e Comunicações";
- 10ª - "Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas";
- 11ª - "Ética".

B - Comissões Eventuais:

- "Revisão Constitucional" (realizou a sua última reunião em 30.Junho.2004)
- "Reforma do Sistema Político" (realizou a sua última reunião em 26.Fevereiro.2004)
- "Análise e Fiscalização dos Recursos Públicos Envolvidos na Organização do EURO 2004" (realizou a sua última reunião em 08.Julho.2004)
- "Incêndios Florestais" (realizou a sua última reunião em 31.Março.2004)



C - Comissão de Inquérito

- VIII Comissão de Inquérito à Tragédia de Camarate.

2.3 Deslocações ao Estrangeiro

No domínio das Organizações Internacionais das quais Portugal é Estado membro e no âmbito das relações com outros parlamentos nacionais, a Assembleia da República participou, por intermédio das suas representações permanentes e/ou extraordinárias, nas seguintes reuniões internacionais, com deslocações asseguradas pelos Serviços.

No âmbito da **União Interparlamentar (UIP)** verificaram-se 31 deslocações, destacando-se a 110ª Assembleia da União Interparlamentar, que centrou os seus trabalhos, no Plenário e nas Comissões Permanentes, nos seguintes temas:

- Promover a reconciliação internacional, fomentar a estabilidade nas regiões em conflito e impulsionar a assistência à reconstrução pós-conflito;
- Trabalhar no sentido de se atingir um ambiente equitativo no comércio internacional, nomeadamente para os produtos agrícolas e no acesso a medicamentos;
- Aprofundar a democracia parlamentar para proteger os Direitos Humanos e encorajar a reconciliação entre os povos e a parceria entre as Nações.

A 111ª Assembleia debateu o papel dos Parlamentos no fortalecimento de regimes multilaterais, na preservação da biodiversidade e efectuou uma avaliação, sob uma perspectiva parlamentar, do documento "Pequim+10". As 31 deslocações foram distribuídas da seguinte forma:

Quadro 7 – DESLOCAÇÕES (UIP)

Deslocações (UIP)	N.º
Seminário sobre Direitos Humanos	2
110ª. Assembleia da União Interparlamentar	10
Fórum Parlamentar sobre Energias Renováveis e Comissão Permanente da Mesa Redonda Parlamentar sobre Desertificação	2
Reunião Parlamentar por ocasião da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento	2
6º Encontro de Académicos e Parlamentares	2
111ª. Assembleia da União Interparlamentar	7
59ª Assembleia Geral da ONU e reunião dos parlamentares	2
Seminário de Apoio às Mulheres Parlamentares Timorenses	1
Conferência Parlamentar sobre a OMC	1
Workshop sobre Proibição de Armas Químicas	1
Seminário Informativo sobre estrutura e funcionamento da UIP	1

Tiveram lugar 44 deslocações no âmbito da delegação parlamentar portuguesa à **Assembleia Parlamentar da NATO (APNATO)**, destacando-se dos temas debatidos, o terrorismo e a protecção das liberdades civis, a evolução das relações NATO-EU e a reconstrução e o desenvolvimento pós-conflito: situações do Iraque e do Afeganistão. Essas deslocações tiveram a seguinte distribuição:

Quadro 8 – DESLOCAÇÕES (NATO)

Deslocações (NATO)	N.º
Comissão Permanente	3
Sessão da Primavera (Plenária)	12
50ª. Sessão Anual (Plenária)	10
Comissão de Defesa e Segurança	3
Comissão de Economia e Segurança	5
Subcomissão para as Relações Transatlânticas	2
Subcomissão para a Cooperação Transatlântica em Matéria de Defesa e Segurança	2
Subcomissão para o Futuro das Capacidades de Defesa e Segurança	1
Reunião conjunta com a OCDE	2
Grupo Especial do Mediterrâneo	1
Fórum Parlamentar Transatlântico	1
Seminário "Rose-Roth"	2

No âmbito da delegação da **Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa (APCE)**, debateram-se os seguintes temas:

- O desafio do terrorismo nos Estados Membros do Conselho da Europa e este como ameaça para as democracias;
- Os novos conceitos para avaliar o estado do desenvolvimento democrático
- As consequências do alargamento da União Europeia para a liberdade de circulação entre os Estados Membros do Conselho da Europa;
- O futuro da segurança social na Europa;
- O papel da mulher na prevenção e regulamentação de conflitos e a sua participação nas eleições;
- O tráfico das crianças;
- O aquecimento global.

O total de deslocações efectuadas pela delegação portuguesa da APCE foi de 73 e visaram assegurar a sua participação nas respectivas sessões ordinárias (26), comissões (37), subcomissões (8), audições (1) e seminários (1).

No contexto da delegação da **Assembleia Parlamentar da Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE)** ocorreram 21 deslocações distribuídas da seguinte forma:

Quadro 9 – DESLOCAÇÕES (OSCE)

Deslocações (OSCE)	N.º
3ª Sessão de Inverno	8
13ª Sessão Anual	7
Fórum do Mediterrâneo e Conferência sobre Tráfico de Seres Humanos	6

O tema escolhido para a 13ª Sessão Anual desta organização foi “Cooperação e Parceria: As Novas Ameaças à Segurança”. Este tema foi objecto de várias resoluções e relatórios que abordaram as várias facetas das “novas ameaças à segurança”, destacando-se a problemática do tráfico de seres humanos, o qual viria ser objecto de uma Conferência Parlamentar.

No quadro da delegação da **Assembleia Parlamentar da União da Europa Ocidental (UEO)** tiveram lugar 75 deslocações visando a participação na 1ª e 2ª Partes da 50ª Sessão Ordinária da Assembleia da UEO (19), nas reuniões da “Comissão Política” (12), “Comissão de Defesa” (9), “Comissão Técnica e Aeroespacial” (10), “Comissão Permanente” (1), Comité de Presidentes (6), Comissão de Relações Parlamentares e Públicas (1), Seminário “A Política Europeia de Segurança e Defesa” (4), Seminário sobre Armamento (3), Reunião e visita ao Salão de Aeronáutica de Farnborough (2), Conferência sobre “A Cooperação no Domínio das Aquisições de Sistemas de Defesa na Europa” (1), Comemorações do 50º Aniversário do Tratado Modificado (6) e Missão UEO – Conferência Broadband (1).

Dos assuntos debatidos nas sessões ordinárias deste ano destacam-se os Relatórios apresentados pelos Deputados portugueses membros da delegação parlamentar à AP UEO, a saber: “A agência europeia de defesa”, “A Política Europeia de Segurança, cinquenta anos após a assinatura do Tratado de Bruxelas Modificado” e “Os aviões de combates sem piloto e o futuro da aeronáutica militar”.

Destacam-se ainda as seguintes deslocações ao estrangeiro realizadas pelo **Presidente da Assembleia da República**, durante o ano de 2004, no âmbito da actividade internacional:

- Visitas Oficiais – Timor-Leste, São Tomé e Príncipe, Bulgária e Turquia;
- Conferências de Presidentes – Parlamentos EuroMediterrânicos (La Valetta), Conselho da Europa (Estrasburgo), União Europeia (Haia) e Diálogo 5+5 (Paris);
- Conferência sobre Política Cultural Europeia “Uma Alma para a Europa” (Berlim).

Constam do quadro seguinte alguns indicadores relativos a deslocações ao estrangeiro cuja contabilização se encontra distribuída por várias actividades.

Quadro 10 – EVOLUÇÃO DAS DESPESAS COM DESLOCAÇÕES AO ESTRANGEIRO

Unidade: Euro

	2000	2001	2002	2003	2004
N.º de deslocações	490	428	454	468	394
Despesa assumida	1.326.802	1.421.574	1.248.930	1.647.382	1.189.380
Despesa/deslocação	2.708	3.321	2.751	3.520	3.019

Importa referir que o decréscimo da despesa com todas as deslocações ocorridas no âmbito da Assembleia da República, em 2004, que inclui ajudas de custo, hotéis e transportes, depende essencialmente da diminuição do número de viagens em virtude da antecipação das eleições legislativas.

2.4 Recepção de Delegações e Entidades Oficiais

No plano das relações externas assegurou-se a organização de reuniões e conferências promovidas pelas Comissões Parlamentares ou por entidades exteriores com o patrocínio da Assembleia da República, num total de 53 eventos.

No plano das relações internacionais multilaterais, destacam-se as seguintes cerimónias e reuniões:

- 10ª Edição da Cerimónia de Entrega do Prémio Norte-Sul de Lisboa do Conselho da Europa
- Visita Oficial dos Presidentes dos Parlamentos dos Países de Língua Portuguesa
- XIV Congresso Internacional sobre "Estilos de Vida e Comportamentos Aditivos: Família, Toxicodependência, Meio Prisional e Exclusão Social", iniciativa da PROSALIS (Projecto Saúde em Lisboa)
- Grupo de Trabalho "Tecnologias de Informação e Comunicação" do CERDP.

No âmbito das relações internacionais bilaterais, salientam-se as seguintes cerimónias e visitas:

- Presidente da antiga República Jugoslava da Macedónia;
- Presidente da República Checa;
- Presidente da República da Croácia;
- Presidente da República de Chipre;
- Presidente da República da Bulgária;
- Presidente da República da Polónia;



- Presidente da República da Guiné-Bissau;
- Presidente da República de Moçambique;
- Vice-Presidente da República do Brasil;
- Vice-Primeiro Ministro e Ministro dos Negócios Estrangeiros da Turquia;
- Visita Oficial do Presidente da Câmara dos Representantes da Irlanda;
- Visita Oficial do Presidente do Bundestag Alemão;
- Visita Oficial do Presidente do Parlamento da Croácia;
- Visita Oficial do Presidente da Câmara de Deputados do Uruguai;
- Visita Oficial do Presidente do Comité Nacional da Conferência Consultiva Política da China;
- Visita Oficial do Presidente da Assembleia Nacional Popular da Guiné-Bissau;
- Presidente da Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa;
- Encontro entre o Presidente da Assembleia da República e o Presidente da Duma Estatal da Assembleia Federal da Federação da Rússia;
- Encontro e almoço com o Presidente da Assembleia Nacional de Cabo-Verde;
- Chefe do Governo da República Democrática e Popular da Argélia;
- Delegação Parlamentar da Comissão de Transportes do Parlamento da Noruega;
- Presidente da Comissão de Relações Exteriores do Senado da República do Chile;
- Delegação Parlamentar do Koweit;
- Comissão de Finanças do Parlamento do Estado Federal de Baden-Württemberg;
- Delegação do Comité da Duma Estatal da Assembleia Federal da Federação da Rússia para os Assuntos do Trabalho e da Política Social;
- Ministro da Função Pública Italiana;
- Delegação de Altos Funcionários da Comissão Europeia;
- Provedor de Justiça Europeu;



- Ministra das Relações Exteriores do Paraguai;
- Delegação de Funcionários do Parlamento da Suécia;
- Grupo de Estagiários da Comissão Europeia.

Paralelamente, foram ainda organizadas as seguintes cerimónias comemorativas e de homenagem:

- Sessão Solene Comemorativa do XXX Aniversário do “25 de Abril”;
- Inauguração da Exposição do Centro de Arte Moderna José de Azeredo Perdigão;
- Trasladação dos restos mortais do Presidente Manuel de Arriaga para o Panteão Nacional;
- Tomada de Posse dos Membros do Conselho de Fiscalização dos Serviços de Informações;
- Cerimónia de Entrega do Prémio “Direitos Humanos 2004”;
- Cerimónia Comemorativa do Dia Nacional dos Direitos Humanos (Atribuição do Prémio Direitos Humanos e da Medalha Comemorativa do 50º Aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos).

Refere-se ainda que para prossecução do objectivo relativo à abertura e relacionamento da Assembleia da República com várias entidades e organizações da sociedade civil, o Parlamento acolheu nos seus espaços a realização de vários eventos, designadamente seminários, conferências e reuniões.

2.5 Outros Encargos Parlamentares

Esta sub-actividade, que representa, em 2004, 27,4% dos encargos no conjunto das “Actividades Parlamentares” (Quadro 5), registou relativamente a 2003 um aumento de 28,6%, conforme se pode verificar no Quadro 6, em virtude da atribuição das subvenções devidas pela realização de actos eleitorais.

Os “Outros Encargos Parlamentares” englobaram as quotizações, as subvenções aos partidos políticos representados na Assembleia da República e as referidas subvenções estatais para as campanhas eleitorais. No que se refere à primeira rubrica, a execução orçamental foi de 76,4%, ou seja, os encargos assumidos com quotas devidas a

organismos internacionais em que a Assembleia da República é membro foram de 47.397 Euros, sendo que os valores mais significativos dizem respeito à UIP e à OSCE. Por outro lado, a execução orçamental das subvenções foi plena, correspondendo o primeiro tipo das referidas subvenções a 8.574 10³ Euros, e o segundo a 2.194 10³.

3. Actividades de Apoio

De acordo com o Quadro 3, as “Actividades de Apoio” corresponderam, em 2004, a 27,2% do total das despesas assumidas (correntes e de capital), destacando-se de entre elas a sub-actividade “Serviços da Assembleia da República” como a mais representativa na estrutura de despesa, com 57,6% do conjunto dos encargos assumidos ao nível do respectivo agrupamento (Quadro 11).

Quadro 11 – ENCARGOS COM AS “ACTIVIDADES DE APOIO”

Unidade: Euro

Actividades de Apoio	OAR2004 corrigido	Encargos assumidos		
		Euros	GR%	Estrutura
Serviços da Assembleia da República	14.331.180	12.245.404	85,4%	57,6%
Serviços de Apoio à Secretária-Geral	341.640	296.617	86,8%	1,4%
Formação de Pessoal	198.607	122.134	61,5%	0,6%
Acção Social	1.532.460	1.387.938	90,6%	6,5%
Despesas de Funcionamento	7.649.998	7.106.506	92,9%	33,4%
Gabinete Médico	106.910	103.850	97,1%	0,5%
TOTAL	24.160.795	21.262.449	88,0%	100,0%

O crescimento de 7,1% dos encargos assumidos com as “Actividades de Apoio” (Quadro 12) deveu-se essencialmente à “Acção Social” pelo facto da totalidade das despesas relativas aos Serviços Sociais do Ministério da Justiça não terem ainda sido reembolsado pelos funcionários à Assembleia da República em 2004. No que diz respeito à “Formação de Pessoal” o decréscimo verificado resulta fundamentalmente dos ganhos de eficiência permitidos pela criação do Centro de Formação Parlamentar e Interparlamentar e do maior recurso a acções de formação internas.

Quadro 12 – EVOLUÇÃO DOS ENCARGOS ASSUMIDOS COM “ACTIVIDADES DE APOIO”

Unidade: Euro

Actividades de Apoio	Enc. Assumidos 2003	Enc. Assumidos 2004	Var%
Serviços da Assembleia da República	11.972.141	12.245.404	2,3%
Serviços de Apoio à Secretária-Geral	287.215	296.617	3,3%
Formação de Pessoal	156.944	122.134	-22,2%
Acção Social	983.335	1.387.938	41,1%
Despesas de Funcionamento	6.359.902	7.106.506	11,7%
Gabinete Médico	95.066	103.850	9,2%
TOTAL	19.854.604	21.262.449	7,1%

3.1 Gestão das Actividades de Apoio

No ano de 2004, a gestão das várias “Actividades de Apoio” assentou na prossecução dos objectivos relativos a uma contínua racionalização e melhoria dos instrumentos de controlo de gestão, à redução e optimização de custos, à melhoria do sistema de controlo do património da AR e à melhoria da qualidade do ambiente.

Assim, no que se refere à racionalização e melhoria dos instrumentos de controlo de gestão, empreenderam-se acções com incidência no:

- controlo e previsão dos custos de manutenção e exploração dos veículos da Assembleia da República, permitindo no planeamento da substituição dos veículos uma gestão mais racional e eficiente dos recursos;
- controlo e gestão de stocks, com vista a uma total coerência entre o stock físico e o constante da base de dados, através da realização de contagens físicas periódicas ao armazém, melhorias no sistema de armazenamento e criação de novos relatórios associados aos centros de custo;
- controlo do património da Assembleia da República, em particular através da integração do Inventário do Museu no sistema CIBE.

Em termos de reforço da melhoria ambiental da Assembleia da República foram adquiridos e distribuídos recipientes para recolha selectiva de lixo, implementando-se



um processo de separação, recolha e envio dos resíduos destinados à reciclagem, completando-se o processo iniciado com os reservatórios subterrâneos.

A gestão das "Actividades de Apoio" pautou-se ainda por objectivos relacionados com a melhoria dos sistemas integrados de informação, seja internamente, através da Intranet, seja ao exterior, através da Internet, segundo uma política orientada para a abertura do Parlamento aos cidadãos, tendo em conta a constante evolução tecnológica e o maior número de solicitações, com acrescido grau de exigência.

São assim de destacar as melhorias realizadas no sistema de informação relativo ao processo legislativo (PLC), através da introdução de novas funcionalidades, e no sistema ALEPH (cuja informação é disponibilizada através do serviço "catálogo das publicações da biblioteca").

Ainda em reforço do objectivo relativo à "abertura do Parlamento" foram organizadas 361 visitas guiadas, que envolveram 15 408 pessoas (na sua maioria visitas de estudo para alunos dos diversos graus de ensino), possibilitou-se a assistência às Sessões Plenárias a 23 450 pessoas, e foi facultada a 69 grupos de visitantes a possibilidade de almoçarem no refeitório da Assembleia da República. No dia das "Jornadas Europeias do Património", 1392 cidadãos visitaram o Palácio de São Bento, sede do Parlamento, para além das visitas que ocorrem no último sábado de cada mês, que possibilitaram a visita de mais 581 cidadãos.

No domínio da melhoria da difusão da informação através da Internet, foram criados fóruns de discussão pública, Blogs disponibilizados aos Deputados, e novos conteúdos relativos à actividade do Presidente da Assembleia da República.

3.2 Gestão de Recursos Humanos

Dando continuidade à estratégica delineada e prosseguida em anos anteriores, a gestão dos recursos humanos, durante o ano de 2004, fixou-se em três objectivos fundamentais: a eficiência, a eficácia e a qualidade dos serviços, sem se afastar dos princípios de exigência, rigor e contenção, cada vez mais presentes nas metodologias e técnicas utilizadas na actual gestão institucional.

Considerada a necessidade de reforçar o apoio técnico especializado em algumas áreas de actividade, por um lado, e de colmatar insuficiências de recursos, por outro, designadamente ao nível dos serviços de apoio a visitantes e vigilância, promoveu-se a abertura de concursos externos para recrutamento de pessoal técnico superior e técnico-profissional direccionados para as seguintes áreas:

- arquivo;
- assuntos culturais;
- audiovisual;
- biblioteca e documentação;
- economia;
- gestão e administração pública;
- jurídica;
- relações internacionais;
- relações públicas

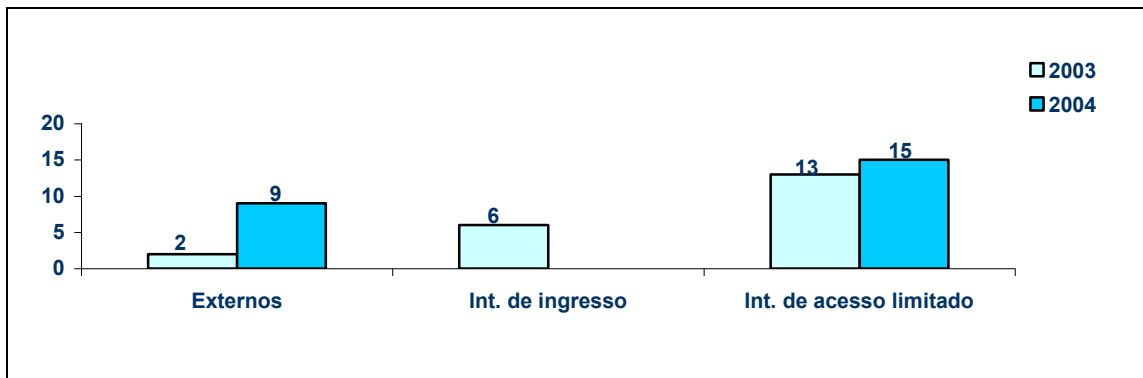
e publicitou-se a oferta pública de emprego para contratação de pessoal auxiliar.

Os procedimentos adequados à regular gestão das carreiras conduziram à abertura de concursos de acesso para promoção de efectivos distribuídos pelas seguintes áreas:

- administrativa;
- economia;
- gestão e administração pública;
- jurídica;
- relações internacionais;
- técnica-profissional;
- tradução.

O Gráfico 4, representativo das opções tomadas em matéria de recrutamento e selecção, confirma a evolução da actividade concursal, em geral, destacando contudo o número significativo dos concursos externos, consequência de uma gestão aberta à inovação inerente a uma selecção mais alargada, cujos resultados em termos de efectivos só poderão vir a reflectir-se no próximo ano de 2005, em face da morosidade dos processos de concurso.

Gráfico 4 – EVOLUÇÃO DA ACTIVIDADE CONCURSAL

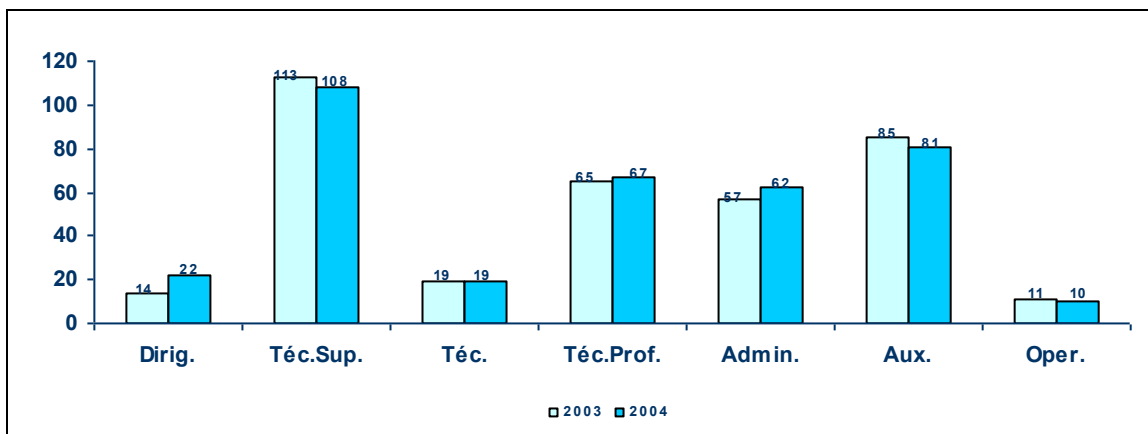


Em 2004, destaca-se a admissão de 6 novos funcionários, representando 1,6% dos efectivos, e a promoção profissional de 17,6% dos efectivos distribuídos pelos grupos profissionais: técnico superior, técnico, técnico-profissional e administrativo.

Mais uma vez, a aposentação foi causa da tendência, já registada em anos anteriores, para a redução dos efectivos, nomeadamente nos grupos profissionais: técnico superior, auxiliar e operário, verificando-se contudo um aumento dos efectivos nos grupos dos dirigentes, resultado da aprovação da nova estrutura orgânica da Assembleia da República e dos técnico-profissionais e administrativos.

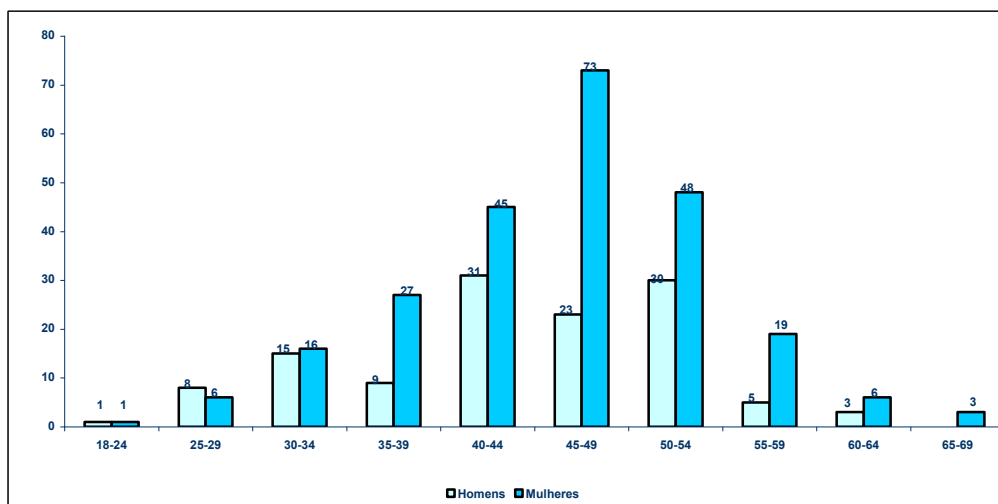
Conta actualmente a Assembleia da República com 369 funcionários em efectividade de funções, distribuídos pelos grupos profissionais representados no Gráfico 5, mantendo-se a representatividade do grupo dos técnicos superiores de cerca de 29,3%, do total dos efectivos.

Gráfico 5 – EFECTIVOS POR GRUPOS PROFISSIONAIS



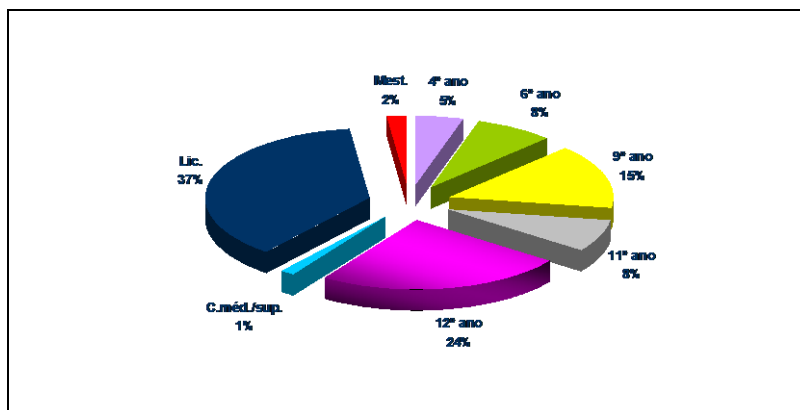
O Gráfico 6, representativo da distribuição dos efectivos por escalões etários, evidencia que o grupo com mais expressão se situa no intervalo dos 45 aos 49 anos, mantendo-se a tendência para a subida da média etária já registada nos últimos anos.

Gráfico 6 – EFECTIVOS POR ESCALÕES ETÁRIOS



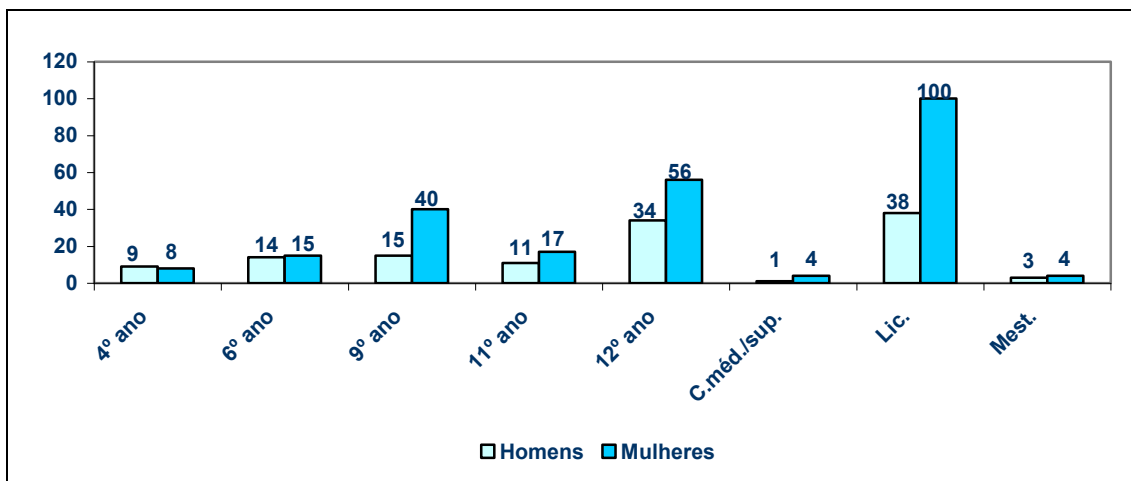
A distribuição dos efectivos por nível habilitacional está representada no Gráfico 7. Relativamente a 2003 estes dados correspondem a uma redução de cerca de 1% dos níveis habilitacionais mais baixos e um aumento de cerca de 2% do nível habilitacional superior.

Gráfico 7 – EFECTIVOS POR NÍVEL HABILITACIONAL



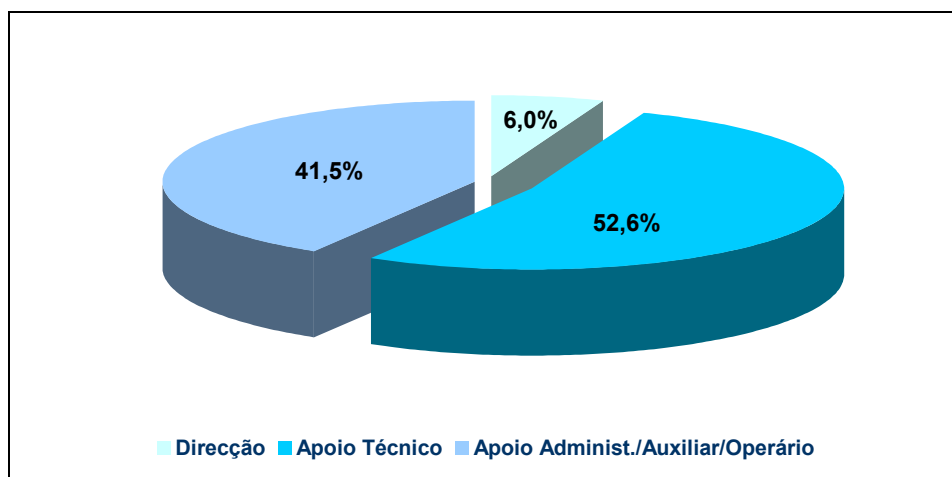
Da conjugação dos parâmetros relativos ao nível habilitacional e sexo resulta a distribuição constante do Gráfico 8, verificando-se ser a mulher o género mais representado.

Gráfico 8 – NÍVEL HABILITACIONAL POR SEXO



Consideradas as áreas de actividade da Assembleia da República os 369 efectivos distribuem-se percentualmente conforme registo no Gráfico 9.

Gráfico 9 – EFECTIVOS POR GRANDES ÁREAS DE ACTIVIDADE



Como consequência da redução dos efectivos no grupo dos técnicos superiores assiste-se a uma descida do índice de tecnicidade, em sentido restrito, de 54,1%, em 2003, para 52,6%, em 2004.



No âmbito da formação profissional, que continua a assumir um importante papel na motivação dos funcionários, contribuindo para aprofundar conhecimentos, aumentar a eficácia das competências, adequando-as a desempenhos mais exigentes e direccionados para elevados graus de qualidade, houve lugar em Abril de 2004 à criação do CFPI que procedeu ao diagnóstico das necessidades de formação e com base no mesmo elaborou o plano de formação profissional da Assembleia da República para 2004/2005 ao nível da formação interna e externa com significado em termos de formação inicial e contínua.

As prioridades de formação foram: Assuntos Europeus, línguas estrangeiras, informática e cooperação interparlamentar.

Realizaram-se 239 acções de formação interna das quais 117 tiveram menos de 30 horas; 31 acções tiveram entre 30 a 59 horas; e 91 acções tiveram de 60 a 119 horas, sendo que houve um total de 229 funcionários a exercerem funções na Assembleia da República a frequentar estas acções de formação interna. No que diz respeito à formação externa houve a participação de 162 em 162 acções de formação.

Assim, houve um total de 8.766 horas de formação, das quais 5.857 horas foram internas e 2.909 horas foram externas. Relativamente ao elevado número de horas de formação interna, há que realçar que algumas acções que vinham a ser realizadas como formação externa (caso da formação genérica em Inglês) passaram a ser formação interna, sendo os cursos actualmente ministrados pela Advance English nas instalações da Assembleia, enquanto em anos anteriores os formandos se deslocavam ao Instituto Britânico.

O impulso da actividade formativa justifica-se pela criação de um Serviço especificamente vocacionado para a formação, que através do diagnóstico de necessidades efectuado permitiu implementar soluções específicas de formação, direccionadas para funcionários de vários Serviços com necessidades comuns ou para diversos funcionários de um único Serviço com exigências formativas específicas. O crescimento da formação interna resulta também do lançamento e execução do programa de formação inicial.



Realizou-se, de 11 a 26 de Outubro, na Assembleia da República, o primeiro Curso de Formação Interparlamentar, subordinado ao tema "O Parlamento e os Desafios da Realidade Contemporânea". Estiveram presentes no curso, como formandos, 22 participantes dos países de língua portuguesa e duas estagiárias curriculares do curso de Sociologia da Universidade Católica. Em simultâneo com o curso, decorreram várias acções de formação *on Job* nas tardes e dias livres dos formandos.

4. Actividade Editorial

No ano de 2004 verificou-se um incremento significativo da actividade cultural e editorial da Assembleia da República, havendo ainda que assinalar a intensificação do relacionamento com diversas entidades externas, públicas e privadas, nestes domínios de actividade.

Procedeu-se à edição de 23 livros, tendo dois sido no âmbito da Colecção Parlamento em parceria com o ICS. Editou-se também diverso material promocional da história e actividade parlamentar, destacando-se as Fichas das Visitas Guiadas, a colecção de postais com Relógios do Palácio de São Bento e os marcadores com as Estátuas da Sala das Sessões. Na sequência da conclusão do processo de revisão constitucional foram editadas duas versões da Constituição da República Portuguesa, 6ª revisão, uma delas distribuída em Novembro, em conjunto com o jornal Público, a um preço acessível. Para além da agenda de secretária para 2005, em dois formatos, e da agenda de bolso, foram editados 46 novos objectos evocativos e reeditados 27.

A Assembleia da República manteve a sua participação nas Feiras do Livro de Lisboa e Porto (Junho/Julho), ambas de duração superior ao habitual, e assegurou ainda a presença na Feira do Livro de Albufeira (Março). Na Feira do Livro do Porto, as receitas foram de 3 843,95 Euros e na Feira do Livro de Lisboa esse valor foi de 8 652,22 Euros. Realizou-se pela primeira vez uma Feira do Livro com publicações da Assembleia da República, na Livraria Parlamentar, de 2 a 13 de Fevereiro, que alcançou sucesso, quer em termos de número de visitantes, quer em termos de vendas efectuadas.

A Livraria Parlamentar também registou um aumento significativo de vendas (de 64 936,78 Euros em 2003 para 83 215,35 Euros em 2004), a que não terá sido alheio o facto de ter integrado o roteiro das visitas guiadas que se realizam nos últimos sábados de



cada mês e nas Jornadas Europeias do Património, bem como outras iniciativas de promoção adoptadas, como a criação do Cartão Cliente.

Na sequência do Protocolo assinado com o Ministério da Educação e com as Secretarias Regionais de Educação dos Açores e da Madeira, procedeu-se à distribuição de dez exemplares do livro “25 de Abril” a todas as escolas públicas do ensino básico, com vista à participação dos estudantes no concurso “Um olhar jovem sobre o 25 de Abril”.

Foi também assegurada a itinerância da exposição “100 anos de Parlamento” pelos seguintes locais:

- Biblioteca Museu República e Resistência, inaugurada no dia 13 de Janeiro;
- Centro Cultural Português de São Tomé e Príncipe, inaugurada a 3 de Setembro;
- Edifício Banco de Portugal em Leiria, inserida nas comemorações dos 750 anos das Cortes de Leiria, inaugurada a 15 de Novembro.

A Assembleia da República organizou as seguintes exposições: “Murais de Abril”, “Livros Proibidos” e “Livros sobre o 25 de Abril”, inauguradas a 21 de Abril, na Livraria Parlamentar; Desenho e Pintura “Eu...” de Eduarda Pedro, inaugurada a 4 de Maio na Livraria Parlamentar; “Dinossauros da Lourinhã” em conjunto com o Museu da Lourinhã, inaugurada a 15 de Setembro, no Átrio do Palácio de São Bento; Fotografia de Francisco Feio, inaugurada a 20 de Outubro, Livraria Parlamentar.

Por outro lado, participou na organização das seguintes exposições:

- “Euro 2004 – Um desafio para Portugal”, em parceria com a sociedade Euro 2004, S.A. e a Sociedade Portugal 2004, S.A., inaugurada a 17 de Fevereiro, no Palácio de São Bento;
- Escultura de Rui Sanches, realizada para assinalar as Comemorações do Centenário da Sala das Sessões, no Átrio do Edifício Novo da Assembleia da República, inaugurada a 23 de Abril;

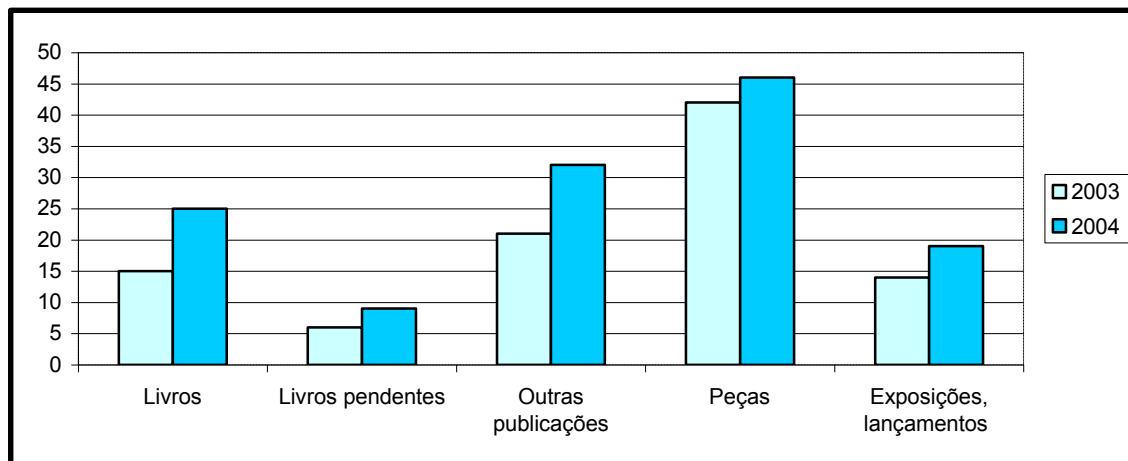
- Exposição, integrada na iniciativa Arte Contemporânea na Assembleia, de Filipa César, Jorge Queiroz, Noé Sendas e Rui Vasconcelos, 23 de Abril, Andar Nobre;
- Exposição, integrada na iniciativa Arte Contemporânea na Assembleia em colaboração com a Fundação Calouste Gulbenkian, "Entre Duas Luzes", com quadros de Ângelo de Sousa, Bruno Pacheco, Fernando Calhau, Gil Heitor Cortesão, João Paulo Feliciano, Rui Valério, Susanne Themlitz, 9 de Novembro, Andar Nobre.

Destaca-se também a realização do Recital de Poesia e Música, inserido nas Comemorações dos 30 Anos do 25 de Abril, dirigido por Jorge Silva Melo, com a participação do quarteto de cordas Ensemble Amadeus e do Choral Phydellius, que decorreu a 22 de Abril na Sala do Senado.

Quadro 13 – LANÇAMENTOS EDITORIAIS

Actividade Editorial	2004
Livros	
Edições exclusivas da Assembleia da República	21
Colecção Parlamento	2
Apoio a Edições	2
Material Promocional	
Brochuras	10
Desdobráveis, folhetos, conjunto postais e marcadores, convites	18
Agendas de bolso, de secretária e calendários	4
Peças	
Estanhos, Porcelanas, Peles (peças novas)	46
Exposições	
Livraria Parlamentar	4
Feiras do livro	
Albufeira, Lisboa, Porto e Feira do Livro Parlamentar	4
Lançamentos de livros	
Editados pela AR (6); Outras Editoras (5)	11

Gráfico 10 – EVOLUÇÃO DA ACTIVIDADE EDITORIAL 2003/2004



5. Cooperação Interparlamentar

No âmbito da Cooperação Parlamentar com os Países de Língua Portuguesa, durante o ano de 2004, destacam-se os seguintes desenvolvimentos:

ANGOLA

No quadro da cooperação com a Assembleia Nacional de Angola, prosseguiram as acções inseridas no programa de cooperação em vigor tendo sido realizados um curso e um seminário no parlamento angolano nas áreas do apoio ao plenário e da documentação e arquivo. Neste contexto, também vinte funcionários da Assembleia Nacional de Angola beneficiaram de um curso de aperfeiçoamento da língua portuguesa.

Participaram no " I Curso de Formação Interparlamentar", que decorreu na Assembleia da República no mês de Outubro, quatro funcionários da Assembleia Nacional de Angola.

Em Lisboa, oito técnicos angolanos participaram em cursos no INA e dois deles fizeram um estágio na área da administração e finanças. Na sequência de um protocolo assinado entre a Assembleia da República e o Instituto Nacional de Administração, um



quadro superior de Angola iniciou em Novembro um curso de pós-graduação em gestão pública neste Instituto.

CABO VERDE

Em Maio de 2004 foi assinado, em Maputo por ocasião do “V Encontro da Associação de Secretários-Gerais”, o documento da avaliação final do programa de cooperação Luso-Caboverdiano 2001/2003.

Cinco funcionários da Assembleia Nacional de Cabo Verde participaram no “I Curso de Formação Interparlamentar” que decorreu na Assembleia da República no mês de Outubro.

No âmbito das acções propostas no programa de actividades do Grupo Parlamentar de Amizade Portugal/Cabo Verde, deslocou-se àquele país uma delegação de Deputados que não só visitaram a Assembleia Nacional de Cabo Verde, bem como diversas instituições/organismos, nomeadamente na ilha de S. Vicente onde desenvolveram diversas actividades de solidariedade.

GUINÉ-BISSAU

Perante as grandes dificuldades sentidas pela Assembleia Nacional Popular da Guiné-Bissau, fruto de uma forte instabilidade político-social, o parlamento português apoiou financeiramente a participação de uma delegação guineense no “V Encontro da Associação de Secretários-Gerais dos Parlamentos de Língua Portuguesa” que teve lugar em Maio, em Maputo.

Participaram no “I Curso de Formação Interparlamentar”, que decorreu na Assembleia da República no mês de Outubro, cinco funcionários da Assembleia Nacional Popular.

Em Dezembro, o Presidente da Assembleia Nacional Popular da Guiné-Bissau, efectuou uma visita oficial à Assembleia da República na qual foi acompanhado pelo Secretário-Geral da Assembleia Nacional Popular. Esta visita constituiu uma oportunidade para o fortalecimento de contactos com o Grupo Parlamentar de Amizade Portugal/Guiné-Bissau e com a Secretária-Geral da Assembleia da República.



No decorrer de 2004 o Grupo Parlamentar de Amizade Portugal/Guiné-Bissau concretizou duas iniciativas com as quais pretendeu projectar para a discussão pública as graves dificuldades sentidas actualmente pela população guineense, a saber:

- campanha de solidariedade denominada “Um Futuro para a Guiné”, composta por um *mailing* a empresas e uma conferência de imprensa, que visou angariar bens essenciais (medicamentos, alimentos e roupas) os quais foram posteriormente enviados para Bissau;
- audição pública sobre ajuda humanitária à Guiné-Bissau, realizada na sala do senado da Assembleia da República, e que serviu de plataforma para uma discussão em plenário sobre a mesma temática.

MOÇAMBIQUE

Ao abrigo do Programa de Cooperação Parlamentar Luso-Moçambicano 2003/2005 realizaram-se, em Junho, duas missões de assistência técnica junto da Assembleia da República de Moçambique. Uma na área dos recursos humanos e administração e outra no âmbito do aprovisionamento e património.

Na mesma data foi igualmente executada uma missão de diagnóstico na área de informática com o objectivo de conhecer a realidade do sistema informático do Parlamento moçambicano, área que até à data não tinha sofrido qualquer intervenção ao nível da cooperação parlamentar.

Três funcionários da Assembleia da República de Moçambique participaram no “I Curso de Formação Interparlamentar”, que decorreu em Outubro na Assembleia da República.

Por iniciativa do Grupo Parlamentar de Amizade Portugal/Moçambique, realizou-se na Assembleia da República, em Dezembro, uma mesa redonda intitulada “Portugal e Moçambique: realidades comuns” cujo objectivo centrou-se na análise da realidade da comunidade portuguesa em Moçambique e da comunidade moçambicana em Portugal, suas certezas e anseios.



S.TOMÉ E PRÍNCIPE

Foram desenvolvidos os cinco projectos do Programa de Cooperação Parlamentar para 2004/2006, na área do apoio parlamentar, da biblioteca e documentação, da administração e finanças, das relações internacionais e protocolo e na área de informática.

Em Outubro, três funcionários da Assembleia Nacional participaram no "I Curso de Formação Interparlamentar".

Relativamente à assistência material, foi feita a oferta ao parlamento santomense de 12 microcomputadores e de um videoprojector, a qual se enquadra no Programa em vigor.

Foram realizadas missões de assistência técnica nas áreas do arquivo, da administração e finanças e das relações internacionais e protocolo.

De destacar ainda a visita oficial do Presidente da Assembleia da República a São Tomé e Príncipe, tendo assinado, a 6 de Setembro, um protocolo de cooperação entre os dois parlamentos.

TIMOR-LESTE

Entre os dias 9 e 12 de Fevereiro, o Presidente da Assembleia da República realizou uma visita oficial a Timor-Leste. A Delegação integrou a Secretária-Geral da Assembleia da República, tendo sido assinado o documento da avaliação intercalar do Programa de Cooperação Luso-Timorense 2003/2005.

No âmbito da execução do Programa de Cooperação desenvolveram-se missões de assistência técnica, nele devidamente enquadradas, nas áreas jurídica, apoio ao plenário, apoio às comissões especializadas e gestão financeira e patrimonial. Foram, ainda, realizadas diversas acções tais como: curso de formação profissional na área da documentação, com recurso à vídeo-conferência e envio de diversas publicações.



Dois funcionários do Parlamento Nacional de Timor-Leste, Chefes dos Serviços de “Apoio ao Plenário” e de “Apoio às Comissões”, participaram no “I Curso de Formação Interparlamentar” que decorreu na Assembleia da República no mês de Outubro e tiveram ainda uma formação *on job* nos serviços homólogos aos seus, tendo também frequentado aulas de português.

Foram contratados, em Setembro, dois técnicos residentes, para duas das áreas de intervenção constantes do programa, os quais após terem frequentado um estágio na Assembleia da República exercem funções no Parlamento Nacional de Timor-Leste

Na sequência de um protocolo assinado entre a Assembleia da República e o Instituto Camões, foi ainda contratado, em Setembro, um professor para leccionar aulas de português aos deputados e funcionários.

Por iniciativa do Grupo Parlamentar de Amizade Portugal/Timor-Leste, procedeu-se à execução de uma publicação sobre a visita do Presidente da Assembleia da República a Timor-Leste.

Associação de Secretários-Gerais dos Parlamentos de Língua Portuguesa

Em Maio, uma delegação da Assembleia da República deslocou-se a Maputo a fim de participar no “V Encontro da Associação de Secretários-Gerais dos Parlamentos de Língua Portuguesa”. Ainda no âmbito desta associação, dois quadros do parlamento português estiveram presentes, na cidade de São Tomé, numa reunião para dinamização da respectiva página web.

No mês de Outubro, realizou-se em Lisboa o “I Curso de Formação Interparlamentar” que contou com a participação de representantes dos parlamentos de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, S.Tomé e Príncipe e Timor-Leste, num total de 24 técnicos.

6. Financiamento de Entidades Autónomas

Neste agrupamento integra-se não só as transferências para os orçamentos das Entidades Autónomas, nomeadamente a AACs, CNE, CNPD, Provedoria de Justiça e

CADA, como as verbas destinadas a suportar os encargos decorrentes da actividade do Conselho de Fiscalização dos Serviços de Informações e ainda para o Grupo Desportivo Parlamentar e Outras Entidades Públicas ou Privadas.

O valor orçamentado daí decorrente, tal como revela o Quadro 14, excedeu os valores do ano anterior em 6,8%, sendo de destacar que os orçamentos das Entidades Autónomas não ultrapassaram um crescimento superior a 2%, com excepção da Provedoria da Justiça na sequência da integração do respectivo saldo de gerência e da CNDP, cujo orçamento de 2004 incluiu uma previsão de 100.000€ relativa às receitas próprias, que ficou aquém da estimativa uma vez que acabaram por cobrar apenas 42.215,06 Euros.

Quadro 14 – EVOLUÇÃO DO FINANCIAMENTO DAS ENTIDADES AUTÓNOMAS

Unidade: Euro

Entidades	OAR2003 corrigido	OAR2004 corrigido	Var%
Alta Autoridade para a Comunicação Social	1.956.438	1.995.567	2,0%
Comissão Nacional de Eleições	1.049.000	1.070.000	2,0%
Provedoria de Justiça	5.062.798	5.574.159	10,1%
Comissão Nacional de Protecção de Dados	1.073.342	1.151.459	7,3%
Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos	622.740	635.195	2,0%
Grupo Desportivo Parlamentar	12.720	12.720	0,0%
Conselho de Fiscalização dos Serviços de Informações	30.000	34.000	13,3%
Outras Entidades Públicas ou Privadas	39.261	38.000	-3,2%
TOTAL	9.846.299	10.511.100	6,8%

Em termos de execução orçamental, a actividade regista um nível de quase execução plena (97,8%), como se infere do seguinte quadro:

Quadro 15 – EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DO FINANCIAMENTO DAS ENTIDADES AUTÓNOMAS

Unidade: Euro

Entidades	OAR2004 corrigido	Enc. Assumidos 2004	GR%
Alta Autoridade para a Comunicação Social	1.995.567	1.854.667	92,9%
Comissão Nacional de Eleições	1.070.000	1.070.000	100,0%
Provedoria de Justiça	5.574.159	5.574.159	100,0%
Comissão Nacional de Protecção de Dados	1.151.459	1.093.674	95,0%
Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos	635.195	635.195	100,0%
Grupo Desportivo Parlamentar	12.720	12.720	100,0%
Conselho de Fiscalização dos Serviços de Informações	34.000	3.292	9,7%
Outras Entidades Públicas ou Privadas	38.000	31.500	82,9%
TOTAL	10.511.100	10.275.206	97,8%

7. Investimentos

O crescimento global dos valores orçamentados para investimento, na ordem dos 18,6% (Quadro 16), reforçou a tendência de crescimento registada em 2003 e que, por sua vez, contrariou o declínio de anos anteriores, conferindo ao orçamento da Assembleia da República, enquanto única fonte de financiamento dos seus investimentos, uma maior capacidade para concretizar obras de manutenção e requalificação exigidas pelos imóveis propriedade da Assembleia da República e proceder à renovação tecnológica e melhoria dos sistemas aplicativos e restante equipamento.

Quadro 16 – EVOLUÇÃO DOS MONTANTES ORÇAMENTADOS PARA INVESTIMENTO

Unidade: Euro

Investimento	OAR2003 Corrigido	OAR2004 Corrigido	Var%
Edifícios	1.711.451	2.075.366	21,3%
Material de Transporte	0	30.000	0%
Equipamento e Aplicações de Informática	1.937.033	2.060.583	6,4%
Maquinaria e Equipamento	936.805	1.324.379	41,4%
Outros Investimentos	98.750	65.590	-33,6%
TOTAL	4.684.039	5.555.918	18,6%

Em termos de execução orçamental, regista-se uma taxa global de 94,6%, a que corresponde um saldo de 297.559 Euros (Quadro 17). É, no entanto, de salientar que os

investimentos em "Edifícios", que só por si representam 39,0% do volume total de investimento, tiveram uma execução praticamente plena.

Quadro 17 – EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DOS INVESTIMENTOS

Unidade: Euro

Investimento	OAR2004 Corrigido	Encargos Assumidos 2004	GR%
Edifícios	2.075.366	2.052.331	98,9%
Material de Transporte	30.000	28.818	96,1%
Equipamento e Aplicações de Informática	2.060.583	1.944.627	94,4%
Maquinaria e Equipamento	1.324.379	1.173.563	88,6%
Outros Investimentos	65.590	59.021	90,0%
TOTAL	5.555.918	5.258.359	94,6%

Os investimentos contabilizados em "**Edifícios**" respeitam a obras de conservação e beneficiação do património imobiliário da Assembleia da República (constituído por quatro imóveis) assim como na melhoria das instalações. Os projectos concluídos neste domínio reportam-se às seguintes intervenções:

- Limpeza das fachadas do Palácio de São Bento, que teve associada outras obras de beneficiação, nomeadamente, a empreitada de coroamento dos muros das rampas do parque de estacionamento subterrâneo e limpeza do muro da Calçada da Estrela (lado exterior);
- Instalação da Creche da Assembleia da República;
- Requalificação do Armazém na Galeria Pública, destinado à criação de três novas salas, designadas por sala Garrett, Sophia de Mello Breyner Andresen e Alexandre Herculano;
- Projecto de beneficiação dos sótãos do Palácio do Andar Nobre;
- Abertura da porta de emergência no corredor das comissões do 7º piso do Palácio de São Bento;
- Prolongamento da rede de incêndios, alimentada pela coluna seca existente;
- Criação de um espaço novo destinado a áreas de trabalho na sala de leitura do AHP;
- Empreitada de remodelação das instalações do Grupo Parlamentar PCP no Andar Nobre, acompanhada, igualmente de obras de climatização dos mesmos espaços;

- Instalação provisória dos serviços CIC/RP no Palácio, junto ao corredor dos claustros, no seguimento da Resolução nº 20/2004, que aprovou a estrutura e competência dos Serviços da Assembleia da República;
- Requalificação das instalações do CINF no Palácio, com aumento da sua capacidade;
- Requalificação do bar do Hemiciclo, no Andar Nobre do Palácio;
- Reparação e beneficiação de várias empenas e dos telhados do Palácio de São Bento, a fim de evitar as infiltrações da água nas paredes e promover a sua melhoria estética;
- Beneficiação das paredes interiores da cobertura do Hemiciclo, e dos corredores do Andar Nobre e da Galeria Pública;
- Execução de uma estrutura metálica para reforço da laje na sala 5001 do Palácio de São Bento;
- Beneficiação de várias salas do edifício da Casa Amarela, incluindo o bar, a recepção e zonas de circulação no r/c;
- Colocação de protecções na cobertura do edifício da Casa Amarela;
- Reparação de fissuras nas paredes do parque de estacionamento e outras obras de beneficiação e canalização;
- Empreitada referente à reinstalação da Reserva do Museu;
- Beneficiação do Centro de Processamento de Dados através de obras de reestruturação do sistema de ar condicionado, energia, controlo de acessos protecção contra incêndios e segurança;
- Melhorias nos sistemas de climatização e ventilação, através da remodelação dos seguintes sistemas: AVAC no AHP; climatização do Hemiciclo (1ª fase); ventilação na Reserva do Museu; climatização da Livraria Parlamentar e do Arquivo Histórico Parlamentar;
- Produção de água quente por energia solar na residência oficial;
- Beneficiação de várias salas afectas aos serviços da Assembleia da República (DAC, GARIP e DAPLEN) e salas de reuniões das Comissões.

Os investimentos imputados a "**Equipamentos e Aplicações de Informática**" concorreram para a prossecução de objectivos de melhoria nos termos da seguinte sistematização:



- Melhorar a qualidade do acesso à informação, através de:
 - Rede Wireless - disponibiliza o acesso à rede sem fios no hemiciclo, na sala do senado, nas salas de reuniões das Comissões Parlamentares, nos auditórios e outras salas onde se realizam eventos ;
 - Virtual Private Network (VPN) - os utilizadores da rede acedem aos recursos disponibilizados na Intranet (bases de dados) fora da Assembleia da República;
 - Internet via GPRS - disponibiliza o acesso à Internet aos utilizadores da rede informática da Assembleia da República no estrangeiro.

- Melhorar a qualidade dos meios para processamento da informação, através de:
 - SMS para Exchange Solução - envio e recepção de mensagens SMS através de correio electrónico Microsoft Exchange e do Webmail quando fora da Assembleia da República;
 - Fax para Exchange Solução - envio e recepção de faxes através de correio electrónico Microsoft Exchange;
 - Solução Discoverer da ORACLE - possibilita a consulta, análise e criação de relatórios para utilizadores finais e analistas. Aos utilizadores é facultado o acesso aos dados, permitindo cruzar toda a informação existente nas bases de dados;
 - Reestruturação da SIBAR (GODE) - utilização da base de dados SIBAR em ambiente semelhante ao do PLC, com pesquisas e listagens através do Internet Explorer.

- Melhorar a qualidade do equipamento para processamento da informação, através das seguintes aquisições:
 - Substituição de microcomputadores portáteis HP Omnibook XE3 por Fujitsu-Siemens Lifebook S 6120;
 - Substituição de microcomputadores Desktop Pentium III por Pentium IV;
 - Aquisição de mais dois servidores para cada Grupo Parlamentar (PSD, PS, CDS-PP, PCP) para exercerem as funções de Domain Name System (DNS), Domain Controller (DC), System Management Server (SMS), Remote Installation Services (RIS) e Servidor de Fax.

- Melhorar a qualidade dos meios para processamento da informação, pelo que se procedeu à migração da AR@Net SharePoint Portal Server 1.0 para SharePoint Portal Server 2003
- Melhorar a qualidade da estrutura de alojamento da informação, através da reestruturação do Centro de Processamento de Dados (CPD) com a substituição da estrutura de bastidores para alojamento dos servidores, do sistema de distribuição e controle de energia eléctrica e detecção e extinção de incêndios nos bastidores.
- Melhorar a qualidade dos dispositivos para segurança da informação pelo que se procedeu à aquisição de uma solução Anti-Spam Aquisição do produto Spam Prevention Service (SPS) da TrendMicro que é um sistema de filtragem inteligente de e-mails, que bloqueia o envio/recepção de mensagens não solicitadas.

Os investimentos imputados a “ **Maquinaria e Equipamento**”, com uma taxa de realização de 88,6%, orientaram-se para a aquisição de meios visando a renovação, modernização e apetrechamento dos equipamentos da Assembleia da República, nomeadamente ao nível de:

- Mobiliário, sendo de destacar o destinado às novas salas de reuniões resultantes da requalificação do armazém da DAPAT, na Galeria Pública; o mobiliário diverso para os Serviços da Assembleia da República (CFPI, CIC/RP, DAPAT, DGF, DRHA, DAC, DAPLEN, DILP, DE, CINF, DRAA, Grupo Parlamentar PCP, Gabinete do PAR e recepção do Novo Edifício); aquisição de prateleiras destinadas ao arquivo audiovisual (vídeo cassetes do sistema digital de televisão); execução de armários e bancadas destinadas ao 1º, 2º e 3º pisos do Novo Edifício e aos corredores do serviço DRAA (piso intermédio inferior S/loja) no Palácio de São Bento;
- sistemas de climatização e ventilação - fornecimento e montagem de três unidades de ar condicionado destinados ao Grupo Parlamentar BE, para além de melhoramentos efectuados em aparelhos instalados em outros gabinetes;

- adaptação dos elevadores da Assembleia da República para acessibilidade a pessoas com mobilidade condicionada, cumprindo o estipulado no DL nº123/97, de 22 de Maio, tendo sido modificados, para o efeito, treze elevadores localizados nos seguintes edifícios: D.Carlos I, novo edifício, recepção e átrio do Palácio de S. Bento.

Releva-se, por último, que alguns dos encargos imputados às rubricas “Edifícios”, “Equipamento e aplicações de informática”, e “Maquinaria e equipamento” transitaram para a gerência de 2005 nos montantes, respectivamente, de 29.299,54 Euros, de 382.970,74 Euros e de 76.011,66 Euros, atendendo a que a conclusão dos respectivos projectos e o seu integral pagamento ocorrerá já em 2005.

A identificação dos projectos com maior relevância financeira consta do quadro seguinte:

Quadro 18 – PROJECTOS COM ENCARGOS TRANSITADOS PARA 2005

EDIFÍCIOS
Beneficiação da sala 5001 no andar nobre do Palácio de São Bento
2ª Fase de implementação do novo sistema AVAC do Hemiciclo – Parecer técnico estrutural
Trabalhos de carpintaria a executar no pavimento de madeira do “Refeitório dos Frades” – Palácio de São Bento
Outros
EQUIPAMENTO E APLICAÇÕES INFORMÁTICAS
Desenvolvimento de duas aplicações informáticas com a Universidade de Aveiro
Aquisição de 1 servidor e 10 impressoras
Software AUTOCAD para a DAPAT
Contratos com prestações relativas a aplicações informáticas que não foram pagos em 2004
MAQUINARIA E EQUIPAMENTO
Mobiliário destinado à Divisão de Protocolo
Armários destinados aos corredores dos serviços da DSC piso intermédio s/ loja – Palácio São Bento
Mobiliário diverso

8. Execução Financeira

8.1 Das Despesas

Enquanto que o grau de execução orçamental foi de 90,8% (78.283 10³ Euros/ 86.200 10³ Euros), o grau de execução financeira foi de 89,3%, valor que resultou de se abater o diferencial entre as despesas autorizadas e as processadas, apurado no encerramento de exercício (Quadro 20).

Quadro 19 – EXECUÇÃO ORÇAMENTAL E FINANCEIRA (CLASSIF. ECONÓMICA)

Unidade: Euro

Despesa / Classificação Económica	OAR2004 corrigido	Encargos Assumidos 2004	Despesa Paga 2004	%GR	%Exec. Financ.
Corrente	80.280.120,51	72.717.517,60	71.911.046,82	90,6%	89,6%
Rem., Abonos e Segurança Social	44.349.891,66	40.148.227,92	40.141.056,00	90,5%	90,5%
Rem. certas e perm./Deputados	12.538.200,00	12.329.673,46	12.329.673,46	98,3%	98,3%
Rem. certas e perm./Pessoal	20.770.815,94	18.240.401,25	18.233.229,33	87,8%	87,8%
Abonos variáveis ou eventuais	8.301.723,12	7.104.968,57	7.104.968,57	85,6%	85,6%
Segurança social	2.739.152,60	2.473.184,64	2.473.184,64	90,3%	90,3%
Aquisição de bens e serviços	13.843.001,38	10.935.428,93	10.150.514,57	79,0%	73,3%
Aquisição de bens	3.096.370,83	2.390.169,84	2.261.482,96	77,2%	73,0%
Aquisição de serviços	10.746.630,55	8.545.259,09	7.889.031,61	79,5%	73,4%
Transferências correntes	22.078.670,82	21.633.390,24	21.619.005,74	98,0%	97,9%
Entidades públicas	10.108.861,82	9.936.720,49	9.936.720,49	98,3%	98,3%
Exterior	420.606,84	153.967,91	139.583,41	36,6%	33,2%
Partidos Políticos	10.767.383,16	10.767.383,16	10.767.383,16	100,0%	100,0%
Grupos Parlamentares	743.819,00	743.818,68	743.818,68	100,0%	100,0%
Outras entidades	38.000,00	31.500,00	31.500,00	82,9%	82,9%
Outras despesas correntes	8.556,65	470,51	470,51	5,5%	5,5%
Dotação provisional	6.056,65	0,00	0,00	0,0%	0,0%
Diversas	2.500,00	470,51	470,51	18,8%	18,8%
Capital	5.920.156,10	5.565.345,22	5.076.456,38	94,0%	85,8%
Aquisição de bens de capital	5.555.918,10	5.258.359,22	4.769.470,38	94,6%	85,8%
Investimentos	5.555.918,10	5.258.359,22	4.769.470,38	94,6%	85,8%
Transferências de capital	364.238,00	306.986,00	306.986,00	84,3%	84,3%
Entidades públicas	364.238,00	306.986,00	306.986,00	84,3%	84,3%
Total	86.200.276,61	78.282.862,82	76.987.503,20	90,8%	89,3%

A despesa assumida e que não teve execução financeira deu origem à transição de encargos para 2005, no montante total de 1.295 10³ Euros, cuja distribuição por classificação económica consta do Quadro 20.

Quadro 20 – ENCARGOS TRANSITADOS PARA 2005 POR CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA

Unidade: Euro

Despesa / Classificação Económica	Encargos Assumidos 2004	Estrutura	Despesa Paga 2004	Estrutura	Saldo a Transitar.
Corrente	72.717.517,60	92,9%	71.911.046,82	93,4%	806.470,78
Rem., Abonos e Segurança Social	40.148.227,92	51,3%	40.141.056,00	52,1%	7.171,92
Rem. certas e perm./Deputados	12.329.673,46	15,8%	12.329.673,46	16,0%	0,00
Rem. certas e perm./Pessoal	18.240.401,25	23,3%	18.233.229,33	23,7%	7.171,92
Abonos variáveis ou eventuais	7.104.968,57	9,1%	7.104.968,57	9,2%	0,00
Segurança social	2.473.184,64	3,2%	2.473.184,64	3,2%	0,00
Aquisição de bens e serviços	10.935.428,93	14,0%	10.150.514,57	13,2%	784.914,36
Aquisição de bens	2.390.169,84	3,1%	2.261.482,96	2,9%	128.686,88
Aquisição de serviços	8.545.259,09	10,9%	7.889.031,61	10,2%	656.227,48
Transferências correntes	21.633.390,24	27,6%	21.619.005,74	28,1%	14.384,50
Entidades públicas	9.936.720,49	12,7%	9.936.720,49	12,9%	0,00
Exterior	153.967,91	0,2%	139.583,41	0,2%	14.384,50
Partidos Políticos	10.767.383,16	13,8%	10.767.383,16	14,0%	0,00
Grupos Parlamentares	743.818,68	1,0%	743.818,68	1,0%	0,00
Outras entidades	31.500,00	0,0%	31.500,00	0,0%	0,00
Outras despesas correntes	470,51	0,0%	470,51	0,0%	0,00
Dotação Provisional	0,00	0,0%	0,00	0,0%	0,00
Diversos	470,51	0,0%	470,51	0,0%	0,00
Capital	5.565.345,22	7,1%	5.076.456,38	6,6%	488.888,84
Aquisição de bens de capital	5.258.359,22	6,7%	4.769.470,38	6,2%	488.888,84
Investimentos	5.258.359,22	6,7%	4.769.470,38	6,2%	488.888,84
Transferências de capital	306.986,00	0,4%	306.986,00	0,4%	0,00
Entidades públicas	306.986,00	0,4%	306.986,00	0,4%	0,00
				0,0%	
Total	78.282.862,82	100,0%	76.987.503,20	100,0%	1.295.359,62

Decorre da avaliação anteriormente efectuada ao plano de investimentos a identificação dos projectos cujos encargos transitaram para a gerência de 2005.

O Quadro 20 evidencia ainda a estrutura da despesa assumida e paga, sendo que ambas estão na ordem de 93%, para as despesas correntes, e de 7% para as de capital.

Face à totalidade dos encargos assumidos, constata-se que 1,7% dos mesmos transitaram para 2005. Relativamente aos encargos assumidos com as despesas correntes transitaram apenas 1,1% do respectivo montante, enquanto nas despesas de capital essa taxa sobe para 8,8%, explicável pela natureza e o valor dos projectos de investimento.

A despesa assumida e que não teve execução financeira, dando lugar à transição de encargos para o exercício de 2005, deve-se, ainda, ao reduzido período complementar para o apuramento de contas (1 a 7 de Janeiro) e à existência de despesas autorizadas envolvendo pagamentos faseados no tempo, em função da evolução verificada nos projectos a que respeitam.

8.2 Das Receitas

Importa salientar que, na estrutura da receita cobrada, as receitas próprias da AR representam apenas 1,0%, à semelhança de anos anteriores. Estas receitas registaram um acréscimo de 8,8%, correspondendo a um grau de realização de 119,6%, e assim excedendo as previsões efectuadas aquando da elaboração do OAR2004 Suplementar.

Quadro 21 – EVOLUÇÃO DAS RECEITAS COBRADAS

Unidade: Euro

Designação	2003	2004	Var%
Publicações, impressos e artigos diversos	75.994	107.205	41,1%
Outros bens	0	24.418	0,0%
Juros	207.490	228.982	10,4%
Guias de reposição não abatidas	121.702	99.283	-18,4%
Vendas de senhas de refeição	250.367	262.584	4,9%
Rendas	45.272	45.466	0,4%
Receitas diversas	63.936	63.951	0,0%
Receitas Cobradas	764.761	831.888	8,8%
Transferências do OE	72.738.134	77.905.496	7,1%
Total	73.502.895	78.737.384	7,1%

O financiamento com origem no OE, que representa 99,0% do total do OAR2004, ficou 7,1% acima do relativo ao exercício anterior, conforme evidencia o Quadro 21. Este aumento está relacionado com o pagamento de subvenções para campanhas eleitorais no exercício de 2004, o que não aconteceu em 2003.

As receitas orçamentadas e cobradas em 2004 constam do quadro abaixo.

Quadro 22 – RECEITAS COBRADAS EM 2004

Unidade: Euro

Designação	OAR Corrigido	Receita cobrada	GR%
Publicações, impressos e artigos diversos	55.000	107.205	194,9%
Outros bens	2.000	24.418	1220,9%
Juros	180.000	228.982	127,2%
Guias de reposição não abatidas	88.461	99.283	112,2%
Vendas de senhas de refeição	220.000	262.584	119,4%
Rendas	44.000	45.466	103,3%
Receitas diversas	106.000	63.951	60,3%
<i>Receitas Cobradas</i>	695.461	831.888	119,6%
Transferências do OE	77.905.496	77.905.496	100,0%
Total	78.600.957	78.737.384	100,2%

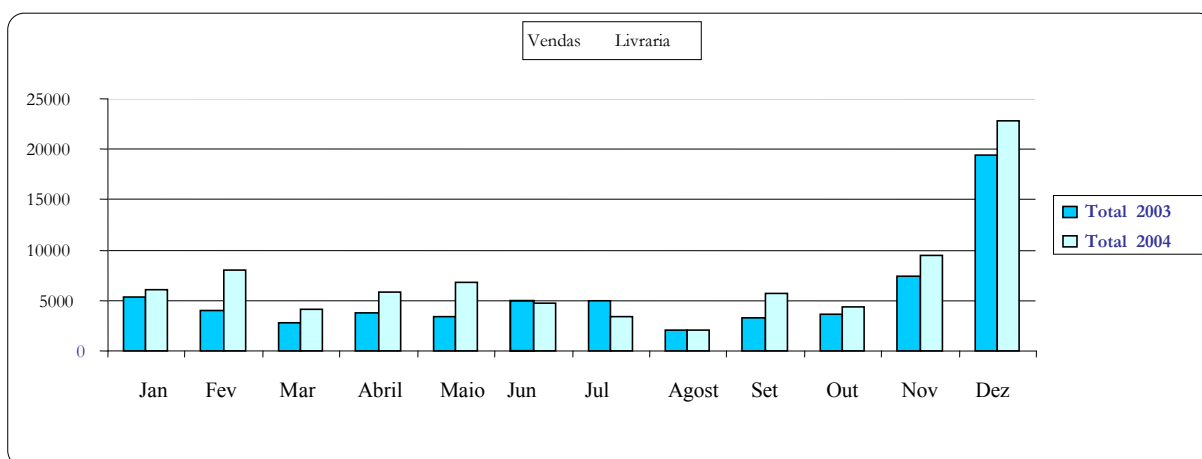
Para além da receita cobrada, nos montantes acima indicados, constituiu ainda receita o saldo de gerência da Assembleia da República, apurado a 31 de Dezembro de 2003, no valor total de 7.096.407,76 e o saldo de gerência da Provedoria de Justiça no montante de 502.911,82€.

Por outro lado, o saldo de gerência apurado à data de 31 de Dezembro de 2004, no montante de 9.213 10³ Euros, que inclui, designadamente, 1.295 10³ Euros, a título de encargos assumidos no exercício e que transitam para o ano de 2005 (cerca de 14,1%), irá constituir receita no orçamento de 2005.

A evolução das vendas realizadas na Livraria Parlamentar encontra-se expressa no Gráfico a seguir.

Gráfico 11– EVOLUÇÃO DAS VENDAS NA LIVRARIA PARLAMENTAR

Unidade: Euro



A receita proveniente da venda das senhas de refeição registou um aumento de 4,9%, em parte devido ao crescimento do número de utentes do refeitório, que de 66.737, em 2002, passou para 68.186, em 2003, e para 68.817 em 2004.

Os valores relativos às "Receitas Diversas" foram semelhantes a 2003, continuando a incluir as receitas próprias cobradas pela CNPD, para as quais foi criada uma alínea distinta, e os montantes decorrentes do contrato existente com a Top Atlântico.

Os rendimentos gerados pelas aplicações financeiras registaram um aumento de 10,4%, em consequência de uma melhor aplicação dos excedentes de tesouraria.



Nota Final

De acordo com os artigos 4º e 59º da Lei Orgânica da Assembleia da República, o Relatório e Conta são aprovados pelo Plenário da Assembleia da República.

Em conformidade com o disposto no n.º 4 do artigo 52.º da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto, a Assembleia da República procede à remessa da sua conta de gerência ao Tribunal de Contas até 15 de Maio do ano seguinte a que diz respeito, para emissão de parecer nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 5.º do referido diploma legal.



Serviços da Assembleia da República

Secretária-Geral
Isabel Maria Freire dos Santos Côrte-Real

Adjunta da Secretária Geral
Maria da Conceição de Oliveira Henriques

Adjunto da Secretária Geral
Júlio Casanova Nabais

Auditor Jurídico
Adriano Cunha

Direcção de Serviços de Apoio e Secretariado
Lucinda da Conceição Andrade Ferreira Almeida

Divisão de Apoio ao Plenário
Fernando Cascalheira Vasco

Divisão de Secretariado às Comissões
Alexandra Maria Fonseca Pereira da Graça

Divisão de Redacção e Apoio Audiovisual
José Nogueira Diogo

Direcção de Serviços de Documentação e Informação
Rui José Pereira Costa

Divisão de Informação Legislativa e Parlamentar
Pedro José Teixeira Guerreiro Valente

Divisão de Edições
Ana Margarida Serpa Soares Menino Vargas

Biblioteca
José Luís Martins Tomé

Arquivo Histórico-Parlamentar
Leonor Faria Calvão Borges

Centro de Informação ao Cidadão e Relações Públicas
Victor Pires da Silva

Direcção de Serviços Administrativos e Financeiros



Maria Teresa Monteiro Fernandes

Divisão de Recursos Humanos e Administração
Maria José Brandão da Silva Tigeleira Afonso

Divisão de Gestão Financeira
Maria Isabel Duarte Silva Feijóo Burnay

Divisão de Aprovisionamento e Património
Francisco José Pereira Alves

Centro de Informática
João Viegas Vilhete d'Abreu

Centro de Formação Parlamentar e Interparlamentar
Cláudia Ribeiro

Gabinete de Relações Internacionais e Protocolo
José Manuel Araújo

Divisão de Relações Internacionais
Cristina Ferreira

Divisão de Protocolo
Helena Petiz

Museu
Teresa Parra da Silva

Gabinete Médico e de Enfermagem
Fernando José Carrilho Ribeiro Leitão

Serviço de Segurança
José Manuel Lucas Pimenta